

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

JOÃO PEDRO BISSI

**ABRAHAM LINCOLN, MARTIN LUTHER KING E
BARACK OBAMA: A CONSTRUÇÃO DO SONHO DE
IGUALDADE AMERICANO**

BAURU
2016

JOÃO PEDRO BISSI

**ABRAHAM LINCOLN, MARTIN LUTHER KING E
BARACK OBAMA: A CONSTRUÇÃO DO SONHO DE
IGUALDADE AMERICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2016

Bissi, João Pedro

B6234a

Abraham Lincoln, Martin Luther King e Barack Obama: a construção do sonho de igualdade americano / João Pedro Bissi -- 2016. 97f.

Orientadora: Profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Estados Unidos. 2. Independência. 3. Líderes. 4. Igualdade. 5. Direitos civis. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

JOÃO PEDRO BISSI

**ABRAHAM LINCOLN, MARTIN LUTHER KING E BARACK OBAMA: A
CONSTRUÇÃO DO SONHO DE IGUALDADE AMERICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

Profa. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli
Universidade do Sagrado Coração

Profa. M.^a Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 29 de Novembro de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo apoio incondicional e pela base sólida, aos amigos pela lealdade e torcida, em especial ao meu grande amigo Leo, que, apesar de sua inteligência ímpar, jamais pode concretizar seu sonho de se tornar um engenheiro civil, dadas as peças que a vida prega, e aos professores ao longo destes quatro anos, pela amizade, pelo aprendizado e pela dedicação singulares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, professores, amigos, e a todos que de alguma maneira estiveram envolvidos neste ciclo de quatro anos que agora tem seu fim de maneira positiva e gratificante.

“Educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã pertence às pessoas que se preparam hoje.”
(MALCOLM X)

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade traçar uma linha do tempo acerca dos acontecimentos históricos que delinearão – e ainda delinearão – a sociedade dos Estados Unidos da América. Tem por objetivos principais relatar como se deu a formação do país e territórios norte-americanos a partir do século XVII, passando pelo mito de formação dos pais peregrinos à proclamação da independência pelo que viria a se tornar o primeiro dos quarenta e cinco presidentes americanos, George Washington. Por conseguinte, relata-se a formação do povo americano a partir de seu próprio ponto de vista, onde discute-se a formação moral e religiosa que viriam a se tornar na doutrina do Destino Manifesto, a justificativa americana de seu imperialismo pela fé, a missão de levar a democracia e sua liderança ao resto do mundo. A partir de um segundo momento, haverá a análise histórico-social de três líderes distintos: Abraham Lincoln, Martin Luther King e Barack Obama, atual presidente. Serão comparadas suas três atuações, feitos e contribuições para a sociedade e ao povo de seu país. Consequentemente, suas ideologias sofrerão pontos de convergência, tendo como alicerce a questão da igualdade racial americana, desde os tempos da elaboração da Constituição dos Estados Unidos da América até os dias atuais, e como essa questão se faz presente em 2016.

Palavras-chave: Estados Unidos. Independência. Líderes. Igualdade. Direitos civis.

ABSTRACT

The ongoing work is targeted to trace a timeline on historical happenings that shaped – and still does – the United States of America society. This work has as its main goals to report how the country formation took place as well as its territories all along the Thirteen Colonies and to the West from the XVII century, going through the Pilgrims Fathers myth until its Independence in 1776 by which would turn into the U.S first president, George Washington. Moreover, it is reported the American people formation by its own points of view, regarding the moral-and-religious formation displayed on the Manifest Destiny doctrine, the American justification for its imperialism settled on Faith, the fate to move democracy forward and its leadership across the globe. By a second turn, there will be a social-and-historical analysis of three remarkable USA leaders: Abraham Lincoln, Martin Luther King and Barack Obama, the current president. The monograph will compare their three peculiar actings, achievements and contribution to the people and society of their own. Consequently, their ideologies will present crossing aspects, having as a foundation basis the American racial equality issues, from the federal constitution early days to date, and how people currently deal with it.

Keywords: United States. Independence. Leaders. Equality. Civil rights.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – O CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO	12
2.1 A ORIGEM DO TERMO	12
2.2 A QUESTÃO MORAL E RELIGIOSA (REVOLUÇÃO AMERICANA)	14
2.3 – O CONSERVADORISMO COMO MOVIMENTO INTELECTUAL NOS ANOS 50	23
2.4 OS NEOCONS E O TEAPARTY	29
CAPÍTULO 2 – ABRAHAM LINCOLN: UM LEGADO DE LIBERDADE	35
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO	35
3.2 A GUERRA CIVIL AMERICANA OU GUERRA DE SECESSÃO	39
3.3 EMANCIPAÇÃO E CONTROVÉRSIAS	44
CAPÍTULO 3 – MARTIN LUTHER KING E A LUTA CONTRA O RACISMO	51
4.1 – UMA HISTÓRIA DE LUTA	51
4.2 AS AÇÕES TRANSFORMADORAS, A PROPOSTA DA NÃO-VIOLÊNCIA E O ATIVISMO DE MALCOLM X	55
4.3 O PRÊMIO NOBEL E SEU LEGADO	64
CAPÍTULO 4- BARACK OBAMA E O “YES, WE CAN”	66
5.1- O PRIMEIRO PRESIDENTE NEGRO E A DEMOCRACIA MULTIRRACIAL	66
5.2 O POSICIONAMENTO DE OBAMA NOS TEMAS SOCIAIS	70
5.3 – O FUTURO DOS ESTADOS UNIDOS E DA IGUALDADE COM A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP À PRESIDÊNCIA	80
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Abraham Lincoln, Martin Luther King e Barack Obama foram responsáveis por atuações distintas e transformadoras que foram moldando a sociedade norte-americana da maneira que a conhecemos hoje. Seus discursos impulsionaram a voz de milhões de pessoas que se sentiam excluídas e marginalizadas pela tradicional sociedade dos Estados Unidos, tomada pela polarização e tendo a discriminação como *Status Quo*.

O presente trabalho inicia-se paralelamente a uma linha histórica, onde as primeiras considerações irão explorar o governo do décimo quinto presidente norte-americano, Abraham Lincoln. Lincoln é conhecido por ser uma das figuras mais importantes de toda história da política americana, sendo, inclusive, considerado por muitos como o maior presidente da história dos Estados Unidos da América.

Um século depois, a partir do fim dos anos de 1950, surge uma nova figura que mudaria para sempre os rumos da discriminação e tornaria a sociedade dos Estados Unidos um pouco mais em favor das minorias, Martin Luther King. Martin Luther King foi um pastor batista, doutor em teologia que desde seus dias como criança no racista estado da Geórgia viu a segregação racial rachar a sociedade ao meio.

Aproximadamente meio século depois, precisamente no ano de 2008, os Estados Unidos historicamente elegem o primeiro presidente negro da nação em mais de 200 anos. Barack Obama mostrará como suas prerrogativas de governo serão destinadas às minorias, não apenas aos negros, mas aos setores discriminados em geral, como homossexuais, mulheres e imigrantes. Além disso, Barack Obama, nesses seus oito anos buscou unificar os diferentes setores dos Estados Unidos usando, em grande parte a retórica de seus inspiradores Lincoln e King e usando o “modo de vida americano” como um dos aspectos que possibilitariam a união de seu povo.

Entretanto, para compreender como se deu o surgimento destes grandes líderes e como suas atuações se moldaram ao longo dos anos é necessário redesenhar como houve a formação histórica do país, as crenças

nas quais seu povo acreditava e ainda acredita, e como esse surgimento esclarece pontos ainda atuais do imaginário desse povo.

A sociedade norte-americana nasce assentada sobre valores universais, pois, o processo de independência dos Estados até efetivamente 1776, quando o país se torna independente da metrópole Inglaterra é contemporâneo aos fervorosos anos iluministas, com seus ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade.

A formação histórico-social dos Estados Unidos da América se inicia a partir do Mito de Fundação dos Peregrinos, que a bordo do navio *Mayflower* atravessaram o Oceano Atlântico em 1624 para colonizar a nova terra de esperança e prosperidade. Os peregrinos, eram, em sua maioria, ingleses pobres que imigraram para as novas terras em busca de melhores oportunidades de vida e também para fugir da instabilidade política e religiosa que assombrava a Europa no século XVII com as questões absolutistas e a intolerância religiosa.

Com a chegada de mais e mais imigrantes da Inglaterra que não se sentiam satisfeitos no velho continente começou a haver o povoamento das chamadas Treze Colônias da América do Norte, região a nordeste dos Estados Unidos onde as primeiras sociedades do país começaram a aparecer.

O novo território na América do Norte, a princípio, pouco sofria interferência da Inglaterra, sendo, portanto, uma colônia de povoamento. Contudo, a partir de dado momento, a Inglaterra começou a interferir, impor taxas e explorar os colonos, que pagavam taxas referentes à metrópole entretanto não possuíam qualquer direito de representação política perante o parlamento inglês. O estopim para o início do processo de independência das Treze Colônias ocorreu no episódio historicamente conhecido como o “Boston Tea Party”. Em suma, um carregamento inteiro de chá oriundo da metrópole foi atirado ao mar, em represália ao descontentamento dos norte-americanos.

O processo de independência dos Estados Unidos é concretizado em 4 de Julho de 1776, através da Declaração de Independência de Thomas Jefferson.

O processo de formação dos Estados Unidos da América foi viabilizado por algumas premissas principais. Entre elas, pode-se destacar a questão

moral e religiosa dos primeiros imigrantes, calvinistas que se identificavam com a nova corrente religiosa proposta por Calvino de que o trabalho duro e o esforço incessantes trariam a riqueza e a compensação, através das instâncias sagradas, que recompensariam aqueles que estivessem dispostos a lutar por seus bens materiais. A partir disso, é possível observar como houve a propagação da tão disseminada ideologia do *American way of life*, o modo de vida americano. Esta corrente está diretamente relacionada às crenças de trabalho e recompensa nas quais os cidadãos americanos creem até os dias de hoje. Como agravante, a moral religiosa passa a ser um combustível para a justificativa da luta pelo progresso.

Não somente o modo de vida americano, mas outra doutrina que se originou a partir da fé e espiritualidade nos Estados Unidos trata-se da doutrina do Destino Manifesto. A teoria do Destino Manifesto justificaria a necessidade imperialista americana de conquistar novos territórios e expandir sua zona de influência através do designio divino de ter atribuída a tarefa de levar a democracia ao mundo, eles seriam os escolhidos para tal. Essa doutrina permanece até os dias de hoje como uma das principais razões para muitas tomadas de decisões no âmbito da política externa norte-americana.

A partir do profundo federalismo americano e a elaboração da Constituição, o país passou a assentar todas as suas decisões nos preceitos da carta máxima da nação, vista como a atribuição do que representam todos os valores americanos. Sendo assim, todas as decisões da Suprema Corte, órgão máximo da justiça americana que estabelece as diretrizes da sociedade americana são direcionadas a partir dos preceitos da Constituição, vista como um livro sagrado para os americanos.

A partir da condução social pelas prerrogativas constitucionais, os setores mais conservadores interpretam-na de maneira mais literal, ao passo que setores mais liberais interpretam-na de uma forma mais correspondente às necessidades sociais. Como a questão da escravidão e a discriminação racial até meados do século XIX eram previstas constitucionalmente, isto, a partir da atuação primeiramente de Lincoln e depois de King e Obama, haverá a luta pela igualdade social e racial, que, por estar enraizada na sociedade americana e institucionalizada, torna-se uma tarefa mais do que árdua.

CAPÍTULO 1 – O CONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO

2.1 A ORIGEM DO TERMO

Estados Unidos. A terra idealizada como a das oportunidades ilimitadas e do modelo de realização plena ilustrado por Hollywood. O liberalismo de ideias sempre fascinou àqueles que sonham em um dia viver o modelo norte-americano como processo social. Contudo, ao que tange a vida nos Estados Unidos, em sua essência, é notável o peso do conservadorismo herdado pelo sentimento de autonomia e a religiosidade do histórico de construção de território e povo.

Muito se pode inferir a partir da terminologia do vocábulo “Conservadorismo”, comumente relacionado à resistência ao que é novo, revolucionário, arrojado e desafiador.

Do ponto de vista do uso comum, conservadorismo está ligado à pretensão de manter intacta, de conservar, portanto, de rejeitar o novo e o apelo à mudança, visto como riscos à ordem instituída. A Ciência Política segue procedimento semelhante identificando o conservadorismo às ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político, contrapondo-se às forças inovadoras. (DA SILVA, 2010, p. 53)

Não somente a manifestação do repúdio ao que é novo, inovador, mas também a maneira na qual se pode manifestar o desejo da permanência da ordem político-social instaurada e a aversão à bases progressistas de mudança, portanto, constituindo-se, uma ideologia¹.

Um dos maiores referenciais ao estudo e entendimento pleno da origem e dos assentamentos da teoria conservadora é Edmund Burke (1729-1797) que, apesar de sua tendência liberal, questiona as bases da Revolução Francesa em seu caráter revolucionário:

A process of this kind is slow. It is not fit for an assembly which glories in performing in a few months the work of ages. Such a mode of reforming, possibly, might take up many years.” Without question it might; and it ought. It is one of the excellences of a method in which time is amongst the assistants, that its operation is slow and in some cases almost imperceptible. If circumspection and caution are a part of wisdom when we work only upon inanimate matter, surely they become a part of duty, too, when the subject of our demolition and

¹ A ideologia no sentido positivo designa o “*genus*, ou *espécie*” diversamente definida dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos (BOBBIO, 1995, p.52).

construction is not brick and timber but sentient beings, by the sudden alteration of whose state, condition, and habits multitudes may be rendered miserable. But it seems as if it were the prevalent opinion in Paris that an unfeeling heart and an undoubting confidence are the sole qualifications for a perfect legislator. Far different are my ideas of that high office. (BURKE, 1790, p. 139)

As bases do conservadorismo não se assentam somente em alicerces históricos, mas tão contiguamente a isso estão alinhados a um naturalismo que deveras é explicado, em partes, a territorialidade e origens do povo de seu indivíduo, seus dogmas como nação e seu sentimento de manutenção da ordem vigente e das responsabilidades que a ele venham a ser atribuídas.

A ideologia conservadora americana, numa prévia tentativa de abordagem, parte, primeiramente, do histórico religioso e da própria dominação patriótica territorial que os cidadãos naturais dos Estados Unidos da América tem sob seu próprio entendimento, a definição de “América”, ou “Povo Americano”. Notadamente é extremamente substancial e auto identificativo, haja visto inúmeros fatores que contribuem para o sentimento de liderança, influência e espelho para o resto do mundo, o dever de levar a democracia aos povos “não-civilizados”

A questão conservadora pode, então, ser formada e enraizada pela tríade: Religião, Moral e Costumes. A religião estaria substancialmente relacionada ao modo pelo qual o povo de uma determinada territorialidade enxerga o surgimento de seu próprio povo e suas designações de benevolência e dever. Por sua vez, a Moral é intrínseca à religião e ao que se acredita ser a via de salvação pela conduta. Por fim, os Costumes norteiam todo o processo de herança cultural oriundo do fenômeno da criação e formação de um novo território. Desse modo, a herança inglesa permanece relevante nos primeiros anos da criação dos Estados Unidos.

O emaranhamento das questões conservadoras e religiosas está intrinsecamente relacionado ao surgimento de explicações reconfortantes que pudessem viabilizar e legitimar a primazia internacional dos Estados Unidos perante as nações do resto do mundo, além da justificativa para as ações expansionistas nos séculos XX e XXI. Surge, então, a conotação de “América” e o tão comentado Destino Manifesto.

Ao se estudar os acontecimentos político-sociais dos Estados Unidos na própria emancipação das ditas “Treze Colônias”, base territorial fundante do país, percebemos a importância da coletividade, diversificada, porém agregada pelo discurso unificador de “One Nation Under God”, que se apropria dos valores que estas

sociedades já traziam, tais como a família, o trabalho, o esforço individual (aquilo que Weber coloca como Ética Protestante) e os difundem, legitimando-os como valores-base para a nova Nação que se coloca no cenário mundial. Em suma, uma sociedade de imigrantes que quer se unir em torno do discurso do nacionalismo (RAMOS E MIRANDA, 2007 apud COSTA, 2011, p. 2269)

2.2 A QUESTÃO MORAL E RELIGIOSA (REVOLUÇÃO AMERICANA)

O Destino Manifesto, portanto, do ponto de vista americano, tem por objetivo explicar a missão de colonizar, manter a ordem (mesmo que de forma arbitrária), e levar a democracia e a civilização ao mundo que, por ventura, não goza da mesma graça recebida pelo povo escolhido por Deus para liderar a raça humana. Exatamente como se prevê, o mito da colonização e formação do povo americano se dá pela fusão da questão moral e religiosa, desde o mito dos Peregrinos oriundos do Navio *Mayflower* desembarcando na região da Nova Inglaterra até a expansão ao Oeste territorial do país e sua atual configuração.

Deve-se considerar que, de maneira indiscutivelmente contundente, a religião presente na construção das nações e estados desempenha um papel de conveniências equivalentes, em acordo com uma racionalidade que só é vista pelo próprio povo, em sua tentativa de estabelecer preceitos que legitimem as ações imputadas por tal, interna e internacionalmente, para fins de política externa.

“[...] a religião é um fenômeno multifacetado e sua influência religiosa nas relações internacionais também é multifacetada” “[...] e a soma dessas influências resulta num impacto combinado que faz dele uma das mais importantes variáveis nas relações internacionais.” (FOX apud BALBINO, 2009, p.5)

A partir da tratativa multifacetada da religião nas Relações Internacionais, observa-se um ordenamento consideravelmente desarticulado em diferentes regiões e realidades, como, por exemplo em países como Irã e Arábia Saudita, que vivem, se assim pode ser chamado, numa espécie de Teocracia². A questão religiosa na estrutura de formação dos Estados Unidos da América tem uma conotação essencialmente pautado no modo de vida e crenças de um despontamento democrático para tal, diferentemente de nações como as supracitadas. Portanto, a

² Forma de governo sob os preceitos e dogmas de um ordenamento religioso.

correlação entre democracia, liberdade e religião assenta-se sobre as articulações de governança.

A religião como crucial definição nos blocos de civilização, em que ele afirma que o mundo é dividido, e defendeu que as tradições religiosas tem impacto sobre os esforços de democratização [...] (HUNTINGTON, 1991 apud ANDERSON, 2009, p.192)

Assim como quase que em sua totalidade ao que tange os movimentos de colonização de estados americanos entre os séculos XV, XVI e XVII, contraditoriamente, a questão religiosa foi utilizada no intuito de justificar as invasões e promover um processo civilizatório aos nativos das terras em questão.

Entretanto, essa invasão e destruição de povos nativos que já se dispunham ao longo de sua territorialidade se deu, primordialmente, a partir do expansionismo realizado em direção à região oeste do país, justificados sempre pelo Destino Manifesto e a necessidade de tornar a nação modelo aos olhos dos ex-colonizadores, ademais, a necessidade de levar aos povos não dotados de tamanha graça a liberdade e a autonomia.

O início do processo de conhecimento e posteriormente fundação do que hoje compõem 50 estados federativos e 1 distrito federal teve seu pontapé inicial a partir do Mito da Colonização dos Peregrinos, que estabeleceram-se nas chamadas ³Treze Colônias Inglesas, no litoral do país. Aproximadamente cerca de 100 ingleses puritanos a bordo do navio *Mayflower* aventuraram suas vidas em busca de melhores condições de vida, já que eram pobres, e desembarcaram no estado de Massachusetts. Mais do que uma simples crença, o imaginário social do nativo americano os permite acreditar que tamanha “odisseia” era um sinal de que eram de fato o povo escolhido, a nova Terra Prometida.

[...] Do ponto de vista dos mortais, eles eram apenas um grupo de ingleses pobres e puritanos que começaram a cultivar as terras da Nova Inglaterra, depois de fundar a cidade de Plymouth. Do ponto de vista da mitologia norte-americana, entretanto, estes senhores atravessaram o Atlântico para plantar a semente moral e ética de um povo escolhido para redimir os pecados da Europa. Com o tempo, este mito fundador e a ideia da excepcionalidade histórica dos Estados Unidos se transformaram numa peça central de todo o pensamento norte-americano [...] (FIORI, 2006, p.144)

³ Territórios litorâneos banhados pelo Oceano Atlântico primeiramente colonizados nos EUA.

O Mito Fundador dos Peregrinos, ainda que para os não americanos não tenha assentamento legítimo no campo político e antropológico, está tão contundentemente voraz no imaginário dos locais que até mesmo os grandes líderes da história do país explicitamente o fazem referência, ou já fizeram-no, como o ativista dos direitos civis norte-americanos Martin Luther King Jr:

:

"This will be the day when all of God's children will be able to sing with new meaning. My country, 'tis of thee, sweet land of liberty, of thee I sing. Land where my fathers died, land of the.' pilgrim's pride, from every mountain side, let freedom ring." (KING JR., 1963)

A lenda dos peregrinos fundadores dos Estados Unidos traduz-se tão fortemente num sentimento de contemplação e plenitude para seu povo que toda a base do sucesso capitalista norte-americano e sua liderança global é ilustrada por tal premissa, além do fato de terem se tornado a primeira nação independente fora da Europa e a primeira nação presidencialista do planeta.

Neste ponto, dada a questão da autonomia, liderança e o presidencialismo precoce, é de grande conveniência tratar, também, do federalismo que acompanhou todo o processo de independência dos Estados Unidos da América. É interessante destacar que federalismo é complementar a presidencialismo, entretanto, ambos não são sinônimos. A questão federalista é a premissa da ampliação das questões presidencialistas, isto é, com o advento do presidencialismo, seja nos Estados Unidos ou em qualquer outro país que tenha adotado o regime, o federalismo estipula maior autonomia de províncias ou estados perante o poder presidencial, sendo possível a adoção de medidas de caráter singular e legislações próprias, por exemplo. Nesse escopo, o equilíbrio seria fundamental para o funcionamento do sistema. Portanto, os estados seriam dotados de um poder que lhes garantiria soberania para a tomada de decisões, porém, a articulação efetiva com o governo nacional tornaria o Federalismo pleno. No processo federalista dos Estados Unidos, três personagens tiveram papel fundamental: Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, três acadêmicos que dedicaram grande parte de seus estudos à elaboração de cartas, ensaios e documentos que se tornariam os maiores escritos já realizados sobre Filosofia Política e Governo Pragmático, os Documentos Federalistas.

Dentre as principais premissas dos Documentos Federalistas, alguns pontos devem ser destacados, entre eles equivalente soberania, novas perspectivas de

condução dos interesses políticos e econômicos, contraposição e regulação dos poderes da federação e o dualismo humano como maior desafio: o governo reside na condução de seus governados, mas como os homens, dotados de racionalidade, mas também de paixões, regulam o governo? Por fim, a questão federalista, pautada nos Documentos Federalistas, buscava desvincular por completo os princípios opressores que outrora foram impostos pela Metrópole Inglaterra.

The results of these observations to na intelligent mind must be clearly this, that if it be possible at any rate to constructo a federal government capable of regulating the common concerns, and preserving the general tranquility, it must be founded, as to the objects committed to its care, upon the reverse of the principle contended for by the opponents of the proposed constitution. It must carry its agencies to the persons of the citizens. It must stand in need of no intermediate legislations; but must itself be empowered to employ the arm of the ordinary magistrate to execute its own resolutions. The majesty of the national authority must be manifested through the médium of the courts of the justice. The government of the union, like that of each state, must be able to adress itself immediately to the hopes and fears of individuals; and to attract its own support, those passions, which have the strongest influence upon the human heart. It must, in short, possess all the means, and have a right to resort to all the methods of executing the powers with which it is entrusted that are possessed and exercised by the governments of the particular states. (HAMILTON, 1787, p.78)

A partir da peregrinação dos fundadores americanos, as Treze Colônias estabeleceram-se com certa autonomia a partir das condições de colônias de povoamento. Muito se questiona a respeito do elevado desenvolvimento que os Estados Unidos obtiveram ao longo dos tempos, inclusive em relação ao Brasil, tão vasto e cheio de riquezas:

Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? Essa pergunta já provocou muita reflexão. Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu “sucesso” diante dos vizinhos da américa hispânica e portuguesa foi clara: havia um “destino manifesto”, uma vocação dada por deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um “povo escolhido”. No Brasil sempre houve desconfiança sobre a ideia de um “destino manifesto” que privilegiasse o governo de Washington. Porém, muito curiosamente, criou-se aqui uma explicação tão fantasiosa como aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorreriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração. (KARNAL, 2007, p.21)

Desde o início do povoamento das Treze Colônias, o território ocupado dispunha de uma pequena diversidade étnica, em sua maioria inglesas, obviamente,

mas também irlandeses, franceses, e outras parcelas de Europeus que vinham fugidos das guerras em seu continente. O principal fator articulatório que estimularia o “êxodo” dos ingleses incomodados na Inglaterra estaria nos moldes religiosos que delineavam o pensar destes imigrantes. Ao passo que as metrópoles católicas formadoras de colônias de exploração praticavam espécies de “Cruzadas” nesses territórios, levando o ceticismo de Deus em relação ao desenvolvimento econômico (ignore as riquezas das monarquias), os colonos puritanos protestantes viam exatamente no poder superior o estímulo e os predicados intrínsecos ao êxito ao aventurar-se nas terras desconhecidas, somando-se ao fato de perseguições religiosas em curso numa Europa fervorosa e politicamente instável⁴ no escopo da religião.

A religiosidade na condução do que viria a se tornar a América é muito mais incisiva do que meramente um produto idealizado pela fé. Trata-se, inicialmente, das intenções protestantes calvinistas que intencionavam ser ouvidas numa Inglaterra dividida entre protestantes e anglicanos.

A questão religiosa na América, apesar de ser inicialmente vista com um olhar diferenciado, parte de um mesmo pressuposto secular outrora observado nos territórios antigos. A embarcação⁵ que trouxe os “*Pilgrim Fathers*” para Massachusetts em 1620, não foi, estritamente falando, a primeira experiência de chegada à América do Norte. Porém, estas experiências prévias não dispuseram de artifícios nem contingentes que estabelecessem qualquer intenção e também intensidade de colonização. Era, indubitavelmente, a sua razão de ser:

Crença forte, essa, que deitou sentimentos profundos - ainda que gradativamente secularizados, traduzidos para uma linguagem moderna na população norte-americana em geral até o presente. Impregnaram-se eles com a firme ideia de serem o “*chosen people*”, o novo povo escolhido por Deus, convictos de estarem no mundo investidos de uma missão: redimir a humanidade de suas fraquezas e seus pecados. Fator que até hoje serve como substrato psicológico e moral para justificar o intervencionismo militar dos Estados Unidos

⁴ O continente europeu vivia em constante instabilidade devido ao caráter religioso dos Estados Absolutistas. Todos deveriam assumir, em termos oficiais, sua religiosidade, mas a representatividade e as identidades não abarcavam absolutamente todos os cidadãos. Dada a iminência das reformas protestantes, a religiosidade ganhou contornos políticos, que pressupunham alianças. A instabilidade se dava justamente por conta do jogo político estabelecido através da religião.

⁵ *Mayflower*

em escala planetária (SCHILLING, 2004, p. 16 apud BALBINO, 2010, p.12).

O sentimento pré moldado e contínuo do sucesso da colonização dos Estados Unidos trazia consigo a disparidade nas questões que eram interpretadas justamente pelos protestantes calvinistas⁶ como a nova necessidade divina, não mais a busca pela simplicidade e o desprendimento de qualquer materialismo, mas a ascensão pelo trabalho e a sua dignificação:

Os protestantes, no entanto, particularmente os calvinistas, desenvolveram postura oposta. Deus ama o trabalho e a poupança: o dinheiro é sinal externo da graça divina. O ócio é pecado, o luxo também: assim falava o austero advogado Calvino, na Suíça. Protestantismo e capitalismo estão associados profundamente, conforme analisou Max Weber, muito citado por Moog. (KARNAL, 2007, p.23)

Nesse processo, via-se, não somente a questão da terra e da economia, mas também o projeto de um novíssimo braço crente do catolicismo inglês, numa Europa fadada a guerras, dualismos religiosos e constantes conflitos. A ascensão do capitalismo protestante era a forma que a religião via para se blindar na justificativa de que era sim possível ascender a riqueza, mas a riqueza abençoada por Deus e o materialismo dignificado pelo trabalho e a inteligência benevolentes.

Acerca desta desvinculação religiosa e colonial, já observava-se traços de mudanças em de fato, os colonos da América do Norte já estaria predispostos a uma nova formação social de modo a estabelecer configurações religioso-sociais de auto identidade e o embrião do republicanismo. A respeito de tal condição:

Os ingleses estavam desenvolvendo a “modernidade política”. Mas no que ela consistia? Basicamente, seria uma ação política independente da teologia e da moral. Em outras palavras, a ação dos príncipes modernos não procura levar em conta se o que fazem é moralmente correto. Os príncipes modernos agem porque tal ação é eficaz para atingir seus objetivos, dentre os quais o maior é conseguir o poder absoluto. Na história política da Inglaterra, entre o final da Idade Média e o início da Moderna, esse tipo de príncipe foi comum. Eram príncipes reais, concretos, sem fumos divinos ao redor do trono. (KARNAL, 2007, p.27)

⁶ Adeptos do Calvinismo: doutrina criada por João Calvino. Segundo tal doutrina, o homem é dotado da predestinação, a salvação ou a condenação pelas mãos de Deus.

A primeira mostra da chamada “modernidade política” aconteceu, de forma pacífica na América, visto que a Inglaterra dosou das mesmas necessidades. Entretanto, o conservadorismo anglicano se opôs fortemente as mudanças na estruturação do secularismo político e religioso. Tal fato ocorrera na América de forma pacífica, pois, no início de sua colonização, a Inglaterra sequer demonstrara interesse na colônia.

Diferentemente do que ocorria nas colônias de exploração, como foi o caso do Brasil, por exemplo, nas colônias de povoamento não havia um plano prévio de ações colonizatórias, sendo, portanto, estas mesmas ações realizadas e difundidas de forma totalmente autônoma por seu povo. A partir do momento que a Metrópole (Inglaterra) se dá conta da ascensão em potencial da nova terra, passa a intencionar ações que pudessem vir a anexação do território, mas já era inválido.

O progresso, bem-estar e liberdade deu a mesma os créditos pelo surgimento de um novo secularismo, não inédito, mas reconfortante. A respeito deste secularismo, WARD (2000) apud HAYNES, infere que “While it can be claimed that it was in the USA that the constitutional format of the secular state was invented, it was in medieval Europe that the underlying distinction between the religious and the secular was first elaborated (...)”

Nota-se, por conseguinte, o caráter, de certa forma, especulativo da vinda dos protestantes ingleses ao novo continente. Não se assentava somente sobre a fuga de uma perseguição religiosa num cenário instável, mas também o anseio pelo novo, pela liderança e a concepção da mensagem divina de levar a América ao status de civilizada.

Diretamente relacionado a isso, temos não somente todo cerne religioso que os peregrinos americanos advindos da Inglaterra propiciaram para desenhar os novos contornos da “recém-descoberta” terra, mas paralelamente, há o sentimento da busca obrigatória pela evolução, pelo desenvolvimento, pelo progresso, agora visto pelo Protestantismo, especialmente por meio da visão dos Calvinistas, como mais um dos caminhos para a graça divina: o capital e o trabalho. É de suma responsabilidade destacar que não é preciso a identificação entre o capitalismo praticado nas Treze Colônias e o capital liberal veiculado nos dias atuais. O capital do século XVII (nas Treze Colônias) estava enviesado pela busca de novos negócios e o alcance da graça através do trabalho árduo, do progresso nas relações

de troca, do crescimento nesse sentido. A concepção atual de capitalismo é inferida, muito mais pelo liberalismo e a abertura do capital do que na época.

Acerca da tríade religião, capitalismo e ideologia, WEBER, relata:

Apresentar as consequências caracterológicas da impregnação da vida pelas normas do Antigo Testamento – tarefa instigante que entretanto se acha até hoje pendente no que concerne ao próprio Judaísmo – seria impossível nos horizontes deste esboço. A par das relações apontadas, é de interesse para se compreender o *habitus* interior do puritano antes de mais nada de que haja ai vivenciado uma *renaissance* magnífica a crença de pertencer ao povo eleito de Deus. Mesmo o afável Baxter dava graças a Deus por ter vindo ao mundo na Inglaterra no seio da verdadeira Igreja, não noutra lugar. E é nesse tom que a gratidão pela irrepreensibilidade pessoal como obra da graça de Deus percorria a disposição vital da burguesia puritana e favorecia aquele caráter firme e formalisticamente correto que era próprio dos expoentes daquela época heroica do Capitalismo. (WEBER, 1904/5, p.77)

A partir do eminente sucesso das Treze Colônias da América do Norte, a Inglaterra começou a estabelecer uma série de medidas e impostos para “regular” e controlar a região das novas colônias. Dentre outras medidas, as que mais desagradaram e, foram, possivelmente, o estopim para a Guerra de Independência foram o monopólio da Companhia das Índias Orientais e a cobrança de inúmeros impostos sem os colonos poderem exercer a representatividade do voto no parlamento britânico, o chamado “Taxation without Representation”. Desse modo, tem-se que:

In 1763 the British Government, reasonably from its point of view, moved to tighten the system of imperial control and to force the colonists to contribute to imperial defense, proposing to station 10,000 soldiers along the American frontiers and to have the Americans pay part of the bill. This imperial defense plan touched off the long controversy about Parliament's right to tax that started with the Stamp and Sugar Acts and ended in December 1773, when a group of Bostonians unceremoniously dumped a cargo of British tea into the city harbor in protest against the latest reminder of the British effort to tax. In this 10-year controversy the several British ministries failed to act either firmly enough to enforce British regulations or wisely enough to develop a more viable form of imperial union, which the colonial leaders, at least until 1776, insisted that they sought. In response to the Boston Tea Party, the king and his ministers blindly pushed through Parliament a series of measures collectively known in America as the Intolerable Acts, closing the port of Boston, placing Massachusetts under the military rule of Maj. Gen. Sir Thomas Gage, and otherwise infringing on what the colonists deemed to be their rights and interests. (COAKLEY e CONN, 2010, p. 25)

Além da taxaço intransigente que a Metr3pole passou a impor a col3nia, começoaram a surgir algumas configuraço3es pol3ticas dinâmicas e, diferentemente da Inglaterra, o furor que já se observava nas Treze Col3nias era de um republicanismo federalista, o primeiro em todo o mundo, anterior, inclusive à Revoluço3o Francesa. Não somente liderançoas e nomes distintos, mas começoaram, sobretudo, a surgir associaço3es pol3ticas, que propiciaram todo aquele sentimento de que, agora, os novos territ3rios da Am3rica do Norte não mais necessitavam da Inglaterra, algo que, de fato, nunca ocorrera efetivamente. Haja visto que, dados seus respectivos modos de vida, e a produço3o do tabaco. Subsequente a isso, os protestantes puritanos que naquelas terras desembarcaram dispunham de uma razoável condiço3o financeira, trazendo da Inglaterra apenas duas coisas: o estilo de vida britânico e o chá das cinco, somando-se a vontade de alinhar sob o jugo do Deus meritocrático as novas terras.

Quando se trata do delineamento territorial pela fé, de fato, isso não é algo novo. Embora o sentimento do norte-americano a partir do expansionismo territorial nos séculos XIX e XX tenha se tornado substancialmente mais incisivo e mítico para seu povo. É na Europa que, anteriormente aos Estados Unidos, essa característica de disseminaço3o pelos meios religiosos e a absorço3o de novos territ3rios se dá desde as Cruzadas e noutro momento, na colonizaço3o dos estados africanos pelo continente europeu.

Acreditavam que o mundo que constituíam era diferente e superior a todos os outros que existiam na Europa. (...) Com a Independência criou-se ainda outra ideia: a de que o norte-americano era um novo tipo de homem, completamente desvinculado do passado, “emancipado da História”. (...) o início de uma nova História desconectada do passado: o Adão norte-americano tinha apenas o futuro pela frente. (...) a nascente democracia norte-americana vinha acompanhada por um enorme sentimento de possibilidades, mas também por sentimentos de impaciência, intolerância e hostilidade. Ao novo homem norte-americano, tido como inocente e dotado de energia excepcional, cabia uma tarefa incomum: construir um mundo a partir do zero. (JUNQUEIRA, 2000 apud COSTA, 2011, p. 77)

Contiguamente, é extremamente notório esse sentimento de excepcionalidade que conferia aos americanos a vis3o sobre si mesmos. O próprio sentimento do estado de lideranço conferido ao povo escolhido, aos eleitos por Deus, se dava, em determinadas dosagens, pelo pioneirismo no republicanismo e a precoce descolonizaço3o, emergida pelos ideais iluministas, expressos

contundentemente, inclusive na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776):

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes Estados. Para prová-lo, permitam-nos submeter os fatos a um mundo cândido

2.3 – O CONSERVADORISMO COMO MOVIMENTO INTELECTUAL NOS ANOS 50

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) causou caos e devastação, em maior ou menor grau, em todas as nações que dela participaram. No que diz respeito aos Estados Unidos, engana-se pensar que os americanos saíram intactos dela. Apesar de não terem sofrido da morte, miséria e destruição em massa, o conflito mundial mexeu com as estruturas de uma maneira não tão convencional como os demais resultados de uma guerra: houve notório esquecimento do *American Dream*⁷, o sonho americano, o modo de vida que eles criaram como correto e que traria felicidade às pessoas. Com o fim da guerra, há o retorno dessa premissa, agora na pele do *American Way of Life*⁸.

⁷ Sonho Americano

⁸ Modo de vida Americano

A nova configuração do ideário social americano, na verdade, não era tão nova assim. O povo americano passou, a partir do início dos anos de 1950, a viver na mesma sociedade, articulada de maneira a entender que seu jeito de viver era o que traria maior felicidade e satisfação. Entretanto, perante a vitória estadunidense na guerra e também a grande ascensão da União Soviética, surge, então a sombra da Guerra Fria⁹ e a polarização mundial regulada pelo embate Capitalismo vs. Socialismo.

Segundo a definição de Guerra Fria, para Eric Hobsbawn,

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. (HOBSBAWN, 1994, p. 223)

Destaca-se, então, a necessidade de articulação de uma nova sociedade, mas se convencionaria chamá-la “nova-velha sociedade”, devido ao caráter conservador que passa a se restabelecer no espectro social americano. Para tanto, é interessante voltar ao período da Segunda Guerra Mundial. Durante o período da guerra, principalmente em relação às mulheres, houve um notório crescimento do sentimento de independência e identidade feminina, num momento em que as mulheres sentiam-se mais livres e empoderadas pelo fato de possuir autonomia ao passo que seus maridos guerreavam no conflito.

Dado o fim da guerra e a preponderância entre a ascensão capitalista estadunidense e a solidez do regime socialista soviético, emergem, por assim dizer, as velhas convenções as quais os americanos estavam habituados: o homem como chefe de família, pai, provedor, e a mulher submissa, bela, responsável pelo lar e que deveria ter filhos. É importante estabelecer esse paralelismo inicial em relação às mulheres, para posteriormente entender a volta do conservadorismo dos anos 50

⁹ Conflito ideológico, estratégico, sem uso da força e armas, por Estados Unidos e União Soviética

nos Estados Unidos, no Pós-Guerra, e como esse mesmo movimento estimulou questões que perduram até os dias de hoje, impulsionando o ativismo da década seguinte e até mesmo o radicalismo que se vê atualmente.

Nesta discussão, a mulher é vista como o primeiro dos rearranjos sociais que logo fortaleceriam a justificativa para o retorno do movimento conservador, exatamente pelo fato da coerção realizada advinda do sucesso americano na guerra e o retorno aos padrões aos quais eles estavam habituados. Acerca de tal premissa,

Mas, logo que entra em conflito com a mulher, a situação se inverte: ele tematiza a desigualdade concreta e dela tira autoridade para negar a igualdade abstrata. Assim é que muitos homens afirmam quase com boa-fé que as mulheres são iguais aos homens e nada têm a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs. É que é difícil para o homem medir a extrema importância de discriminações sociais que parecem insignificantes de fora e cujas repercussões morais e intelectuais são tão profundas na mulher que podem parecer ter suas raízes numa natureza original. (BEAUVOIR, 1949, p.20)

A partir do escopo dessa ótica, as mulheres foram novamente submetidas à volta da antiga ordem conservadora predominante na sociedade americana do período entre guerras¹⁰, ordem tal qual passa a vigorar de uma maneira diferente, pois agora, busca reiterar princípios americanos abalados pela ciência e pela fé, por exemplo. Entende-se, a partir do fim da década de 1940 e início da década 1950, que a moralidade fora deixado de lado pelos avanços tecnológicos, na medicina, e o liberalismo de ideias na literatura, entre outros. A racionalidade, ao contrário do que se pensava, era responsável por uma rachadura nas estruturas que sustentavam a vida norte-americana, e esse mesmo racionalismo causara perdas ao povo, como a crescente onda conservadora em universidades e no meio acadêmico em geral.

A grande oposição neste aspecto era abordada de maneira que buscava culpar o progressismo alcançado em decorrência de guerras e conflitos. A própria definição deste novo conservadorismo era controversa e possuía algumas vertentes entre seus principais autores, mas todos, em suma, concordavam que o mal da nova era se tratava do plano Keynesianista na economia americana, as políticas assistencialistas de bem-estar social (*Welfare State*) e a busca pelo sobreposição

¹⁰ Período que compreende o intervalo entre as duas Guerras Mundiais, indo de 1919 até 1938, aproximadamente.

das crenças em detrimento das comprovações científicas. Por fim, havia um sentimento da perda de identidade do Ocidente, algo extremamente agravado pelo dualismo ocasionado pela Guerra Fria, cenário político que inevitavelmente influenciou seus principais autores.

A temática do novo movimento conservador é, em muitos aspectos, dada a tratativa religiosa, extremamente semelhante ao mito da moral religiosa no momento de formação dos Estados Unidos: a salvação ou a perdição, o merecimento ou não, de acordo com o Calvinismo. Sobretudo, as questões do conservadorismo resgatado e emergente nos anos de 1950 propõem o que seria estritamente negado no âmbito da Revolução Francesa (1789) e das propostas de libertação e racionalidade do Iluminismo. Um dos principais autores do Movimento Conservador dos anos da década de 1950 é Richard Weaver. E, a despeito da não legitimação do conhecimento racional e a volta do tradicionalismo e da moralidade, relata:

It is not what people can read; it is what they do read, and what they can be made, by any imaginable means, to learn from what they read, that determine the issue of this noble experiment. We have given them a technique of acquisition; how much comfort can we take in the way they employ it? In a society where expression is free and popularity is rewarded they read mostly that which debauches them and they are continuously exposed to manipulation by controllers of the printing machine— as I shall seek to make clear in a later passage. It may be doubted whether one person in three draws what may be correctly termed knowledge from his freely chosen reading matter. The staggering number of facts to which he today has access serves only to draw him away from consideration of first principles, so that his orientation becomes peripheral. And looming above all as a reminder of this fatuity is the tragedy of modern Germany, the one totally literate nation [...] (WEAVER, 1948, p. 14)

Por conseguinte, o pensamento conservador clássico novamente utilizado nos “Anos Dourados” tem como tríade, além da questão moral e religiosa, a questão econômica, bem como a atuação e o posicionamento da política externa da nação. É impreterível sublinhar que o liberalismo e o conservadorismo possuem duas abordagens completamente distintas. Ao passo que o liberalismo prega, em linhas gerais, que a liberdade está condicionada à igualdade dos indivíduos, inclusive no âmbito econômico, e o conservadorismo indica que a liberdade individual só é possível com o advento da propriedade privada e a autonomia do ser humano para gerir seus próprios recursos, ganhando ou perdendo-os, sem qualquer interferência de terceiros. Não somente a questão econômica, mas a possível interferência, o

respaldo e o assistencialismo abririam um outro precedente que, aos olhos dos intelectuais conservadores, quebraria a ordem hierárquica e moral da ordem divina e meritocrática.

Por fim, o estado de bem estar social e a redistribuição baseada em impostos gradativos corromperia o progresso moral e material da sociedade na medida em que esse só é possível com graus de desigualdade presentes. Sendo os indivíduos naturalmente diferentes entre si, inclusive com relação à inteligência, esforço, perseverança e oportunidades; a única forma de se prevenir, materialmente ou moralmente, seria se inserido em um ambiente caracterizado por desigualdade natural. Um indivíduo só irá buscar progredir se lhe é dado esse direito, ou seja, se ele é livre para poder colher os frutos do seu próprio progresso e desenvolvimento sem a interferência do governo [...] (VIDAL, 2013, p. 279)

Quando se trata do conservadorismo que ressurge na década de 1950, identifica-se da ignorância ao Secularismo¹¹ dos anos anteriores, mas também uma herança de séculos, estabelecida sobre arranjos políticos e sociais. Pode-se, assim, estabelecer um paralelo entre as questões morais e religiosas oriundas do mito de formação dos Estados Unidos, como a chegada única dos protestantes calvinistas merecedores da glória e da salvação, e a independência pautada no racionalismo de ideias iluministas. Em momentos posteriores da história do país é possível observar uma tendência: ambas as correntes, liberal e conservadora, possuem um aspecto cíclico em diferentes momentos da história.

Da mesma forma que o liberalismo de ideias é evidenciado na identidade dos Estados Unidos como o primeiro país independente fora dos estados despóticos europeus, ele retorna no período entre guerras. Por sua vez, o conservadorismo assentado sobre a religião e a meritocracia, ganha força novamente com o término da guerra e o avanço das tensões entre Leste-Oeste.

Toda a retórica conservadora, sobretudo, pode ser reduzida a dois pontos cruciais, abertamente falando: a moralidade pela região e o anticomunismo. No campo da política externa, o conservadorismo de ideias, até diferentemente do que se podia convencionar num primeiro momento, era pluralista e defendia o não intervencionismo. Considerando o histórico imperialista dos Estados Unidos, e somando-se ao fato do período completamente instável que o planeta atravessava,

¹¹ Secularismo é a corrente que prega a separação entre igreja e política, isto é, o desmembramento das instituições políticas em relação ao jugo das instituições religiosas, a não interferência.

tal afirmativa até parece equivocada, mas não. O pluralismo e multilateralismo têm laços econômicos e ideológicos, visto que se desejava fazer cortes de gastos, e do ponto de vista ideológico, a direita conservadora norte-americana tentava afirmar a liberdade do povo americano como única, diferentemente do nacionalismo totalitário¹² na Europa, que, apesar de regimes de direita, eram substancialmente alienantes e inferiores.

A liberdade para os setores do conservadorismo clássico na terra do Tio Sam¹³ era vista como um condicionamento aos deveres do que se julgava ser a boa conduta de um cidadão, a religiosidade, a clara delimitação hierárquica, a não influência do comunismo e sua alienação.

Por trás disso, havia uma nostalgia ideológica de uma imaginada Idade Média ou sociedade feudal, em que se reconhecia a existência de classes e grupos econômicos, mas a terrível perspectiva da luta de classes era mantida a distância pela aceitação voluntária de uma hierarquia social, pelo reconhecimento de que cada grupo social ou “estamento” tinha seu papel a desempenhar numa sociedade orgânica composta por todos, e deveria ser mantido como uma entidade coletiva. Isso produziu vários tipos de teorias “corporativistas” que substituíam a democracia liberal pela representação de grupos de interesse econômico e ocupacional. [...] (HOBSBAWN, 1994, p. 117)

Por fim, observa-se que o movimento conservador que ressurgiu nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial buscava a reafirmação, ou melhor, a repolarização de segmentos da sociedade que vinham sendo heterogeneizados por movimentos progressistas e populares, principalmente no campo acadêmico com a grande quantidade de material intelectual produzido. Na economia com a flexibilidade do movimento contrário às práticas Keynesianas e na política externa, com a propaganda ao anticomunismo, reafirmando a liberdade impar dos Estados Unidos e sua moralidade pela fé. A partir da década seguinte, de 1960, pode-se observar o agravamento e a radicalização do conservadorismo, e a nova onda liberal propulsionada pelos movimentos de liberdade, conquista de direitos e processos afirmativos das minorias.

¹² Totalitarismo: regimes de governo extremamente autoritários, sob forte ideologia nacionalista e que controlam diversos setores sociais.

¹³ Tio Sam é uma representação, uma simbologia, um personagem criado para se tratar dos Estados Unidos.

2.4 OS NEOCONS E O TEAPARTY

Nos Estados Unidos, há uma forte tendência, de acordo com o cenário político-social vigente, o resgate às tradições e do passado. Essa premissa pode ser entendida como uma necessidade de grupos de esquerda ou direita, de terem sua identidade social em evidência ou descontentamento com a condução política que se é realizada no momento.

No estudo em questão, o descontentamento político e a instabilidade social surgem em dois momentos distintos: Primeiramente, em meados da década de 1970, depois da grande ruptura de paradigmas sociais e civis com a luta dos negros norte-americanos nas décadas de 1950 e 1960, o movimento *hippie*¹⁴ e a luta contra a inserção dos americanos em conflitos. Em segundo lugar, a partir da eleição do atual presidente, e primeiro negro a assumir o comando do país em 2008/9, Barack Obama, democrata de esquerda. É interessante sempre frisar características que remetam as lutas políticas e suas divergências pois, assim como no Brasil, os setores políticos nos Estados Unidos estão, quase que constantemente, travando embates que criem cenários para a mudança eleitoral no país. Como lá existem apenas dois partidos políticos com grande evidência, o Partido Republicano (*GOP*¹⁵) e o Partido Democrata, de Obama.

Muitos, ao se depararem com a terminologia “republicano”, questionam-se sobre a agenda do partido com relação às bases da fundação republicana do país, e de fato essa designação trata da elaboração de articulações de governo, que representassem autonomia e liberdade. A grande problemática é a interpretação que os republicanos tem de liberdade. Como tratado anteriormente, aos olhos dessa classe política, a liberdade está relacionada à retórica religiosa, a diminuição do pensamento intelectual de base progressista e a liberalização econômica. Havia um sentimento de perda da identidade do Ocidente, algo extremamente agravado pelo dualismo ocasionado pela Guerra Fria.

A temática do novo movimento conservador é, em muitos aspectos, derivada da tratativa religiosa, muito semelhante ao mito da moral religiosa no momento de formação dos Estados Unidos: a salvação ou a perdição, o merecimento ou não, de

¹⁴ Termo em inglês. Movimento cultural nas décadas de 1960 e 1970 que designava grupos que repudiavam a sociedade de consumo, a padronização cultural e pregavam a liberdade sexual e por vezes liberação ao uso de drogas.

¹⁵ Do inglês, *Grand Old Party*.

acordo com o Calvinismo. Sobretudo, as questões do conservadorismo resgatado e emergente nos anos de 1950 propõem o que seria estritamente negado no âmbito da Revolução Francesa (1789) e das propostas de libertação e racionalidade do Iluminismo.

A partir de tais entendimentos, as ondas conservadoras que ganharam força nos Estados Unidos tiveram sua última grande leva nos anos de 1970, com os *Neocons*¹⁶. Para os neoconservadores, a sociedade americana havia perdido a sua moral dado o papel que o estado assumira com bases assistencialistas. Para os adeptos deste movimento agora mais político, em detrimento do conservadorismo intelectual de 1950. Os novos conservadores atribuíam a interferência do estado, ao plano Keynesianista e às políticas de bem-estar social (*Welfare State*) a desregulação de papéis morais que deveriam ser de responsabilidade de setores como a Igreja e a família.

Os neoconservadores viam a realização de programas sociais como condições impostas pelo Estado para corrigir, ou amenizar, suas próprias falhas. Partindo desta prerrogativa, os programas sociais deveriam ser de mínimo auxílio para a população, e o investimento massivo deveria vir de gastos e incentivos à políticas trabalhistas para que a máquina estatal pudesse sobreviver da força de trabalho e não a distribuição de recursos para fins sociais, pois isso causaria o sucateamento da máquina. Ao mesmo tempo, o assistencialismo em detrimento do trabalho também traria o enfraquecimento de valores morais da sociedade norte-americano. Em suma, o surgimento dos primeiros intelectuais *neocons* se deu a partir de descontentamentos com a esquerda democrata, a qual eles primeiramente pertenciam e dessa forma, passaram a mesclar aspectos do tradicional republicano conservador com pontos que ainda convergiam do esquerdismo assistencialista.

O embate sociopolítico e ideológico que permeou toda a década de sessenta, e parte da seguinte, principalmente em Nova York, girou em torno da resposta que se daria à radicalização liberal, vinculada em parte aos movimentos sociais contra a guerra de Vietnã, ao Estado de Bem-estar e ao papel dos Estados Unidos no mundo. Se parte desses intelectuais tomaram o caminho de volta à esquerda, os liberais anticomunistas, que passariam aos poucos a serem chamados de neo-conservadores, tomaram atitude diferente ao levantarem críticas à parte dos novos ditames liberais e se

¹⁶ Neoconservadores.

refugiarem na ortodoxia. Esse foi um momento de renovação de uma ideologia conservadora, de expansão organizacional e de membros, bem como do aumento da influência política. Nesse momento outros ex-socialistas se uniram ao grupo como Penn Kemble, Tom Kahn, Joshua Muravchik, Carl Gershman. Também se incorporaram membros da academia como Ben Wattenberg, James Q. Wilson, Jeane Kirkpatrick, Aaron Widavsky e Edward Banfield. (PEREIRA e SHIMABUKURO, s/d, p.03)

Considerando todas as condições apresentadas, é possível, então, fazer a análise de um dos momentos mais contundentes, para o bem ou para o mal, da história recente da política externa dos Estados Unidos: o Governo Bush e a “Guerra ao Terror”.

Curiosamente, no escopo geral de seu governo, Bush tomou algumas medidas tradicionais conservadoras, mas também, em determinados momentos, dispunha de uma retórica que apontava para uma política de centro¹⁷ e posições mais moderadas, como, por exemplo, certo protecionismo para a produção do aço americano. Contudo, no campo da política externa ficou clara a influência do Neoconservadorismo, quando das tratativas de unilateralidade e duas invasões pautadas em suposições.

Os atentados de 11\09\01 aos EUA motivaram ou mesmo, fizeram emergir socialmente, ideias sobre o modo como este país se relaciona com o mundo. Estas, já vinham, há um certo tempo, sendo maturadas desde o governo Reagan. Este cenário favoreceu a ascensão de teses como as colocadas pelos neoconservadores, onde o poder deveria estar associado à potência militar e a imagem que os Estados Unidos da América deveria transmitir para o mundo era a de um país forte em todos os sentidos, isto é, uma potência imbatível. Neste momento, vem à tona a herança de Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt, expandir o poder pela guerra torna-se o caminho indica, porque desejado. (FINGUERUT, 2008, p.74)

Dessa forma é possível concluir um pensamento lógico acerca das ações neoconservadoras no âmbito de política externa: realismo democrático, no sentido de acreditar que os Estados Unidos seriam os únicos possíveis de promover e controlar um cenário internacional que pudesse garantir nações passivas subordinadas à supremacia do regimento americano.

A partir da definição e esboço das prerrogativas do neoconservadorismo que ganharam força nos Estados Unidos a partir, primordialmente, da década de 1970, a

¹⁷ Centro, nem esquerda nem direita, política moderada convergente com premissas das duas correntes político-ideológicas.

política desse país passa por momentos que oscilam entre ondas republicanas e democráticas.

A partir de 2007, mas contundentemente em 2009, surge um movimento populista de ultradireita denominado *Tea Party*. Esse nome é derivado do conhecido episódio quando os Estados Unidos ainda eram uma colônia britânica, de boicote ao carregamento de chá que chegara no porto de Boston em Massachusetts. Extremamente descontentes com os altos impostos que a coroa começou a impor, cerca de 100 colonos atiraram toda a mercadoria ao mar, o chamado *Boston Tea Party*. A diferença substancial entre o movimento do século XVIII e o do século XXI está no caráter ideológico que estes adquiriram. Ao passo que o primeiro estava diretamente relacionado aos abusos que a Inglaterra passara a cometer nas colônias, e os colonos ansiavam por uma revolução, uma ruptura, legitimada pelo sentimento de uma nova república, forte, dissociada dos moldes despóticos e absolutistas europeus, o segundo nada mais era do que um levante contra o presidente Barack Obama, que pouco dispunha de caráter político, e muito de caráter ideológico. O movimento do *Tea Party* representava, e ainda representa, uma ala ultradireitista do Partido Republicano que, por muitas vezes, nem é reconhecida por tal.

As propostas deste braço de extrema direita na política norte-americana dispõem de pontos, como toda ideologia de extremos, muito polêmicos. No campo econômico, uma das vozes mais fortes do *Tea Party* trata-se de Ron Paul, da Câmara dos Representantes¹⁸, eleito pelo estado do Texas. Segundo ele, os Estados Unidos deveriam retornar ao padrão-ouro¹⁹ e haver a extinção do Banco Central (*FED*²⁰). Numa obra chamada *End the Fed*, algo como “Acabe com o Banco Central”, Ron Paul expõe as intenções de tal polêmica:

The Federal Reserve should be abolished because it is immoral, unconstitutional, impractical, promotes bad economics, and undermines liberty. Its destructive nature makes it a tool of tyrannical government. Nothing good can come from the Federal Reserve. It is the biggest taxpayer of them all. Diluting the value of the dollar by increasing its supply is a vicious, sinister tax on the poor and middle class. The Federal Reserve's monetary policy has brought us to where we are today—in a tragic economic mess. Though the dollar survives for now, the international financial system built over the past

¹⁸ Equivalente à Câmara Federal dos Deputados no Brasil, órgão do Poder Legislativo.

¹⁹ O valor da moeda de cada país é correspondente às reservas de ouro que ele possui.

²⁰ Federal Reserve System, o Banco Central dos Estados Unidos.

thirty-eight years has been brought down by market forces. The fiat dollar reserve standard that evolved out of the breakdown of Bretton Woods in 1971 has come to an end. That is the significance of the economic crisis in which we find ourselves. (PAUL, 2009, p. 59)

Uma das grandes justificativas para tal viés de pensamento econômico trata-se do uso da instituição para salvar grandes companhias norte-americanas, como a *General Motors* e várias instituições financeiras no início do governo Obama, mas, também, o uso da instituição para interferência na economia nacional nos governos de Bush filho, governo declaradamente articulado por ideologias neoconservadoras.

No campo social, questões já rechaçadas pelas alas normalmente conservadoras continuam valendo: refutação do casamento entre homossexuais, porte de armas para cidadãos comuns, contra o aborto, imposição de taxas mínimas, o não-assistencialismo social, como programas sociais, a privatização por completo do sistema de saúde, etc. Em outros termos, os adeptos ao movimento acreditam que é possível apenas estabilizar uma base moral para o país, em respeito à Constituição e aos *Founding Fathers*²¹ para os cristãos.

No campo das Relações Internacionais e da Política Externa, a grande pauta dos militantes do Tea Party está assentada sobre um isolacionismo que explicaria a superioridade dos americanos no campo internacional.

In Foreign policy, Jacksonians embrace a set of strongly nationalist ideas. They combine a firm belief in American exceptionalism and an American world mission with deep skepticism about the United States' ability to create a liberal world order. They draw a sharp contrast between the Lockean political order that prevails at home with what they see as a Hobbesian international system: in a competitive world, each sovereign state must place its own interests first. They intuitively accept a Westphalian view of international relations: what states do domestically may earn one's contempt, but a country should only react when states violate their international obligations or attack it. When the United States is attacked, they believe in total war leading to the unconditional surrender of the enemy. They are prepared to support wholesale violence against enemy civilians in the interest of victory; they do not like limited wars for limited goals. Although they value allies and believe that the United States must honor its word, they do not believe in institutional constraints on the United States' freedom to act, unilaterally if necessary, in self-defense. Historically, Jacksonians have never liked international economic agreements or systems that limit the U.S. government's ability to pursue loose credit policies at home. (RUSSEL MEAD, 2004, p. 4-5)

²¹ Mito da formação dos Estados Unidos, os primeiros colonos a chegarem em terras americanas seriam os "País Fundadores", dotados de primazia e moralidade impares.

Conclusivamente, a ideologia neoconservadora e as premissas dos militantes do *Tea Party* convergem, especialmente, no que diz respeito às instituições internacionais. Para ambos, elas são dotadas de ineficiência e ilegitimidade. Portanto os Estados Unidos, de tamanha grandeza e evidência, não deveria estar subordinado ou sequer em parceria com as mesmas. Ademais, os norte-americanos não deveriam ser controlados por instituições e organismos que, por qualquer razão, pudessem diminuir sua supremacia e liderança no meio internacional.

Apesar de concordarem com a ineficácia das instituições no plano internacional, os *neocons* e o *Tea Party* divergem no que tange as questões de política externa relacionadas ao pensamento político. Ao passo que os neoconservadores são exemplificados pela Doutrina Bush da Guerra ao Terror²² e o declarado intervencionismo internacional, assentados sobre o Jacksonianismo²³, de levar ao mundo a democracia americana, mesmo por meios militares e a instauração da ordem contra ameaças, os militantes de ultradireita veem como a melhor forma de atuação internacional o isolacionismo Jeffersoniano²⁴, dessa forma, o unilateralismo americano seria a melhor alternativa para o crescimento interno, haja visto que questões supranacionais não deveriam intervir nas questões morais fundamentais do povo americano.

[...] A linha Jacksoniana do governo de Bush Filho interpretava o momento como a possibilidade de os Estados Unidos consolidarem uma poderosa hegemonia econômica e militar internacional, independente dos inconfiáveis organismos internacionais. Por outro lado, o secretário de estado Colin Powell representava a corrente Jeffersoniana, buscando limitar as demandas externas do país, conservar as alianças já conquistadas e focar na manutenção do *Status Quo* favorável. (SAVOLDI JUNIOR, 2012, p.23)

²² Doutrina intervencionista que buscava reafirmar a supremacia imperialista dos Estados Unidos. Seu apogeu ocorreu depois do 11 de Setembro, tendo seu auge com as invasões equivocadas ao Afeganistão e ao Iraque,

²³ Doutrina de política externa do presidente Andrew Johnson, que era paralela às doutrinas Monroe e do Destino Manifesto, que pregava a expansão territorial e a liderança norte-americana.

²⁴ As questões de política externa do presidente Thomas Jefferson tinham como prioridade a manutenção da ordem interna como referência ao resto das nações, limitação das questões externas.

CAPÍTULO 2 – ABRAHAM LINCOLN: UM LEGADO DE LIBERDADE

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Abraham Lincoln nasceu em 1809, em um pequeno condado²⁵ no estado de Kentucky, nos Estados Unidos. Com a morte de sua mãe com apenas 9 anos, Lincoln sentiu os efeitos e a responsabilidade do trabalho ainda jovem. Relatos históricos apontam que o menino Abraham Lincoln chegava a caminhar por quilômetros para conseguir um livro de leitura.

Essa paixão pela leitura e a dedicação pelos estudos o converteram num advogado, não pelos termos dos tradicionais rituais acadêmicos, mas sim por sua desenvoltura e habilidades especiais de comunicação e retórica com as pessoas, além de sensitivos conhecimentos das necessidades sociais, afinal, Lincoln nascera em uma família humilde, pouco tendo estudado e tendo contato com o ambiente escolar em sua infância.

Nos termos políticos, é importante ressaltar, quando ainda novo, que Lincoln, em uma de suas primeiras ações que, possivelmente o fariam tomar gosto pela política e externar seu talento de liderança, atuou como uma espécie de porta-voz de sua comunidade na chamada *Black Hawk War*²⁶ a pedido, inclusive, do governador de Illinois na época. Apesar de sua participação, naquele momento de sua juventude, Lincoln jamais havia visto de perto um conflito.

Primeiramente, Abraham Lincoln foi um adepto do instinto *Whig Party*²⁷ e, devido a esse seu engajamento político, adquiriu suas primeiras noções sobre justiça social e conseqüentemente escravidão. Nesse momento de sua vida, as concepções do jovem promissor norte-americano não estavam gradualmente apuradas vendo, num primeiro momento, a questão escravagista como um desperdício, não por questões morais igualitárias, mas sim por acreditar que a divisão entre uma raça superior e uma raça inferior subordinada sem direitos traria um retrocesso econômico com um déficit substancial na evolução do país.

Sua derradeira entrada na política acontece quando é eleito para um mandato na Câmara dos Representantes pelo mesmo partido ao qual já pertencera. Acontece que, como jovem revolucionário e crítico em relação à política de caciques que se

²⁵ Pequenas regiões administrativas e subdivididas dentro dos estados norte-americanos.

²⁶ Breve conflito de 1832 entre nativos americanos e os Estados Unidos na busca por territórios.

²⁷ Partido Político dos Estados no século XIX.

destacava nos Estados Unidos a época, Lincoln perde espaço e tem pouco apoio já que não era entusiasta da Guerra entre Estados Unidos e México, partindo de convicções de que o conflito estimularia a instabilidade entre os vizinhos, instabilidade interna e os territórios que estariam em jogo, como o Texas, em maior evidencia, poderiam começar a promover políticas separatistas. Pois, naquela época, apesar da consolidação do estado, haviam bons precedentes para a própria ruptura, como o próprio federalismo, que dava grande liberdade aos estados da nação, além da questão escravagista, que poderia ganhar força.

The Mexicans fought bravely and skillfully, but in the end, poor leadership, lack of a coherent strategy, and inferior weapons negated the effect of the individual Mexican soldier. As for the United States, although the war brought vast new territories and fulfilled the dream of manifest destiny, it also increased anxieties about whether slavery would be extended into the new areas. These fears divided the United States, and were a contributing factor to the Civil War (1861-65). It is not often that most Americans think of Los Angeles, San Francisco and Santa Fe having once been part of Mexico. Hispanic American contributions of language, culture and ideas to the history of the United States often go unrecognized. Today, the Museo Nacional de las Intervenciones stands as a reminder to all Americans of another side to the story of manifest destiny and westward expansion. (THE MUSEUM GAZETTE, 1992, p.03)

A partir do início dos anos de 1850, Lincoln já encontrava-se completamente inserido na política. Com a aprovação do *Kansas-Nebraska Act* (1854), que decide pela autonomia entre os estados envolvidos na escolha pela escravidão ou não, proposta pelo senador Stephen Douglas, Lincoln cada vez mais se vê inclinado aos ideais do Partido Republicano. É de extrema importância destacar que nesta longínqua época da história política dos Estados Unidos da América, não havia a crescente polarização que é possível observar nos dias de hoje. Claramente havia a diferenciação e distinção do que se acreditava ser melhor para as diretrizes do país entre democratas e republicanos, mas ambas as legendas políticas prezavam pela liberdade, autonomia e liderança do povo americano. Cada vez mais, Lincoln aumentava sua indignação em relação as tendências escravocratas.

That the Constitution, and all laws of the United States which are not locally inapplicable, shall have the same force and effect within the said Territory of Kansas as elsewhere within the United States, except the eighth section of the act preparatory to the admission of Missouri into the Union, approved March sixth, eighteen hundred and

twenty, which, being inconsistent with the principle of non-intervention by Congress with slavery in the States and Territories, as recognized by the legislation of eighteen hundred and fifty, commonly called the Compromise Measures, is hereby declared inoperative and void; it being the true intent and meaning of this act not to legislate slavery into any Territory or State, nor to exclude it therefrom, but to leave the people thereof perfectly free to form and regulate their domestic institutions in their own way, subject only to the Constitution of the United States: Provided, That nothing herein contained shall be construed to revive or put in force any law or regulation which may have existed prior to the act of sixth of March, eighteen hundred and twenty, either protecting, establishing, prohibiting, or abolishing slavery. (DOUGLAS, 1854, p.13)

Outro episódio que ficou conhecido foi o caso “Scott v. Sanford”, tendo a decisão da Suprema Corte ²⁸ dos Estados Unidos ganhado contornos indubitavelmente polêmicos ao declarar que “afro-americanos não eram iguais ao brancos, não possuindo, portanto, direitos herdados”. É de suma importância destacar que nesse momento histórico dos Estados Unidos, a definição de escravidão era relativizada por fatores que compreendiam desde os preceitos de liberdade americanos, até mesmo questões federalistas que discutiam os pontos autônomos e a legislação a que cada estado poderia reiterar.

Outro ponto impreterível a se destacar é que, ao contrário do que muitos pensam, e o que pode ser constantemente considerado a porta de abertura para polêmicas e controvérsias acerca da luta de Lincoln pela emancipação, ele não considerava que todos os americanos eram simplesmente iguais, de fato, ele considerava que os afro-americanos eram diferentes, até mesmo inferiores, entretanto, segundo a Constituição Americana, absolutamente todos os americanos são protegidos por direitos inalienáveis, estando, portanto, entre esses direitos, o da liberdade. Nos memoráveis debates entre Stephen Douglas e Abraham Lincoln, era evidente as divergentes posições entre os dois. Numa análise, é possível perceber que, curiosamente, ambos defendem ideias completamente incompatíveis, mas, a todo momento, respaldando-se no mesmo argumento de liberdade previamente elaborado pelos “Pais Fundadores”. Num destes debates, Stephen Douglas, democrata, usa-se da liberdade e do federalismo, dizendo que são incoerentes ações conflituosas entre estados meramente porque são livres para interpretações autônomas.

²⁸ Equivalente ao Supremo Tribunal Federal (STF), no Brasil.

Why should Illinois be at war with Missouri, or Kentucky with Ohio, or Virginia with New York merely because their institutions differ? Our Fathers intended that these institutions should differ. Our Fathers knew that The South and The North, so far apart – differing in climate and production- had diferente interests requiring diferent institutions. This doctrine of uniformity of Mr. Lincoln’s making all of them confort alike, is new doctrine, never dreamed of by Washington or Madison, or the framers of the constitution. Mr. Lincoln and The Republican Party set themselves up as wiser than those who made the government. This government has flourished for seventy years upon the principle of popular sovereignty, recognizing the right of each State to do as it pleases. Under that principle, we have grown up from three or four millions to about thirty millions of people. Under that principle we have crossed the Alleghany Mountains and filled up with the Northwest, turning the prairie into a garden, building up cities, and towns, and churches, and schools, and spreading civilization and Christianity where before there was nothing but savage barbarism. Under that principle, we have become from a feeble nation the most powerful nation on the face of Earth. If we still only obey that principle, we can go forward increasing in territory, increasing in power, strength and glory, until The Republic of America shall be the North star that shall guide the friends of freedom throughout the civilized world [...]. (DOUGLAS, 1854 apud HOLZER, 2004, p. 57)

A partir deste discurso proferido por Douglas (1858) fica claro como as posições estavam inteiramente divididas, e como a questão racial era, entre todas, a mais controversa, pois não somente estava relacionada às questões morais, de liberdade e identificação com as premissas fundadoras da nação, mas era um importante ponto em questão no escopo da economia. Ao passo que o estados do norte, chamados “Estados da União”, dispunham de um modelo econômico industrial, mais recorrente de novos meios de produção e os Estados do Sul, que mais tarde seriam denominados “Estados Confederados”, tinham sua economia baseada no sistema escravocrata agrário-exportador.

A partir do momento em que os estados sulistas começam a observar movimentações do Norte que poderiam, no futuro, culminar com a abolição, e, conseqüentemente, extinguir sua mão-de-obra sem qualquer custo, uma série de medidas em respostas começam a ser tomadas, incluindo, a proposta de emenda denominada *Corwin Ammendment*²⁹. Essa proposta de emenda constitucional, basicamente dizia que a questão da escravidão e a posse de escravos estaria completamente dissociável das prerrogativas federais.

Quanto à política de Abraham Lincoln, era cada vez mais complicado estabelecer um início e um fim para suas premissas e ações, tendo em vista que

²⁹ Em Português, Emenda Corwin.

muitos o acusavam de adotar ações apenas em prol de suas pretensões para manter a União (Estados do Norte) e os que se tornariam em seguida os Estados Confederados (Sul).

Ao aderir ao Partido Republicano nos últimos anos de 1850, Lincoln possuía dois objetivos principais: o primeiro deles era justamente dar prioridade à União como um projeto singular, contínuo, tanto é que, após a Guerra Civil, a denominação Estados Unidos, que costumava ser apresentada como “os” Estados Unidos, passou a ser comumente “o” Estados Unidos, para dar contornos de que a União era assentada sobre uma única prerrogativa do desejo comum. O segundo era, a partir de então, estabelecer novas interpretações de ato constitucionais, colocando em evidência questões que diziam respeito à Declaração de Independência da nação, com base nos valores republicanos de liberdade e igualdade, curiosamente em paralelo com a admissão da escravidão nos documentos.

A liderança de Lincoln era consistente porque o presidente resgatou a essência dos valores republicanos no que se referia a sua moralidade, mas, quanto o possível desmembramento de outros estados da nação, fazia uma interpretação consideravelmente pragmática, dizendo que, dadas as premissas constitucionais, qualquer unidade federativa só poderia pleitear e alcançar sua emancipação, tendo alcançado sua legitimação por meio da concordância dos demais. Nota-se, desse modo, tendências distintas de Lincoln, ora pendendo para a primazia autônoma, ora considerando que a fundação de seus país fora constituída de acordo com um ideal de diferenças, mas, sobretudo, singularidade.

3.2 A GUERRA CIVIL AMERICANA OU GUERRA DE SECESSÃO

Os Estados Unidos do século XIX possuíam uma divisão dos meios de produção econômica extremamente distinta. Existiam os estados do norte, ou a União, que dispunham de uma economia pautada nos setores industrializados e de manufatura, boa tecnologia para a época e grande priorização para as questões de mercado interno. A porção norte do território norte-americano pregava um protecionismo em relação à taxas de importação, portanto ao mercado externo. Ao que tange a mão-de-obra nas indústrias, era uma mão-de-obra livre porém barata.

No caso dos estados sulistas, eles dispunham de um processo de avanço tecnológico e de meios de produção consideravelmente mais primitivos em relação

ao norte. Sendo assim, sua economia estava amplamente baseada na produção agroexportadora por sistema de *Plantation*³⁰ em grandes latifúndios, principalmente de culturas como algodão, tabaco, que já era produzido desde os anos iniciais das Treze Colônias, e melância. Em contrapartida, havia uso indiscriminado da mão-de-obra de escravos de origem africana.

Essa utilização de mão-de-obra escrava pode ser exemplificada, entre outros fatores, por elementos tradicionais oriundos da herança colonial dos Estados Unidos, como o Comércio Triangular³¹, e elementos constitucionais após o processo de independência. Em especial, a constituição norte-americana previa a escravidão como facultativa, isto é, cada estado da federação estaria substancialmente livre para optar por seu uso ou não, partindo do pressuposto do federalismo garantido pelo texto da constituição.

A principal questão que emerge deste ponto trata-se do pilar moral de liberdade garantido pelos documentos oficiais de constituição do país. O que pode levar ao mal entendimento é a interpretação do conceito de liberdade para os leitores, em relação ao que se convencionou como liberdade para o alicerce de fundação dos Estados Unidos. Para tal, a liberdade estaria convencionada aos cidadãos brancos, e não aos negros, vistos com inferioridade. Analogamente, pode-se comparar o conceito de liberdade institucionalizada nos Estados Unidos ao conceito de “cidadania” e “cidadão” estabelecido na Grécia Antiga, onde eram considerados cidadãos apenas homens, naturais de Atenas e maiores de idade.

O início da rivalidade entre norte e sul e as conseqüentes disputas tem seu pontapé inicial com os debates para uma vaga no senado norte-americano entre o democrata Stephen Douglas e Lincoln, que pertencia ao Partido Republicano. A vitória de Douglas deixou claro sua posição escravagista, ou então, a primazia das questões federalistas em oposição ao ideal de liberdade de Lincoln. O grande medo dos estados sulistas era que a disseminação dos pensamentos abolicionistas causasse grande revolta aos escravos dominados, e a produção agrícola perdesse sua mão de obra gratuita, submissa e respaldada pelos olhos da lei americana.

³⁰ Sistema de monocultura para fins de exportação praticado em grandes propriedades.

³¹ Era um comércio praticado entre as ex-colônias, a Europa e as Antilhas Africanas. A configuração no mapa de acordo com a localização dos território formava o desenho de um triângulo, daí a denominação “Comércio Triangular”.

Uma outra questão que deve ser levada em consideração no processo que possibilitou a eclosão da Guerra Civil Americana, ou Guerra de Secessão³² era o fato da neutralidade de estados ou regiões recém-conquistadas dentro do que se tornaria o atual território dos Estados Unidos da América. Simultaneamente, os estados sulistas favoráveis e adeptos da escravidão e os nortistas contra tentavam influenciar esses novos territórios. Essa influência pode ser vista até nos dias atuais, como no Texas por exemplo, estado tradicionalmente republicano, fruto do expansionismo norte-americano do século XIX, que fora anexado junto ao México por meios de guerra. É imprescindível destacar que, apesar de atualmente existir uma tendência mais conservadora entre republicanos e uma corrente mais liberal entre os democratas, naquele momento histórico as ideologias partidárias eram comumente mais mescladas, ou seja, pontos de convergência poderiam ser identificados, ou pontos de inversão, como, no caso, o fato de haver democratas que apoiavam o regime escravista e republicanos que lutavam por sua extinção.

Em suma, a questão da escravidão era vista pelo povo norte-americano como algo necessário, que correspondia ao desejo do povo escolhido liderar outros povos inferiores, e fazer da “América” o povo único. Nesse ponto, havia a contrariedade em relação aos ideais iluministas de fraternidade.

A questão imperialista e a expansão do norte tem resultados que podem refletir esse dualismo, que superava as semelhanças entre norte e sul. Cada qual possuía sua própria forma econômica, por meio destes diferentes modelos, o acirramento político passou a tornar-se mais evidente. A medida que a expansão para o Oeste se estendia, estes novos cenários passariam a sofrer influência da União ou dos estados sulistas.

A partir de 1860, a maioria do senado e da Câmara dos Representantes passa a ser a favor de Lincoln e dos republicanos, e as questões que num primeiro momento passavam pelas mãos da oposição, em sua grande maioria defensores da escravidão, tornam-se majoritariamente decididas pelos defensores da união. Com o intuito de despopularizar certas medidas na região leste, passaram a incentivar a continuidade da expansão Oeste e estabelecer novas áreas de domínio da União, deixando os sulistas extremamente apreensivos, sem saberem o futuro da mão-de-obra escrava, visto que as terras recém-conquistadas seriam livres. O presidente

³² Secessão, divisão, separação.

Lincoln decreta o *Homestead Act*³³, que, em termos gerais, doaria terras a quem estivesse disposto a mudar-se para as novas terras.

Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That any person who is the head of a family, or who has arrived at the age of twenty-one years, and is a citizen of the United States, or who shall have filed his declaration of intention to become such, as required by the naturalization laws of the United States, and who has never borne arms against the United States Government or given aid and comfort to its enemies, shall, from and after the first January, eighteen hundred and sixty-three, be entitled to enter one quarter section or a less quantity of unappropriated public lands, upon which said person may have filed a preemption claim, or which may, at the time the application is made, be subject to preemption at one dollar and twenty-five cents, or less, per acre; or eighty acres or less of such unappropriated lands, at two dollars and fifty cents per acre, to be located in a body, in conformity to the legal subdivisions of the public lands, and after the same shall have been surveyed: Provided, That any person owning and residing on land may, under the provisions of this act, enter other land lying contiguous to his or her said land, which shall not, with the land so already owned and occupied, exceed in the aggregate one hundred and sixty acres. (HOMESTEAD ACT, 1862, p.01)

Com as medidas adotadas por Lincoln, e com o legislativo tomado por seus apoiadores, ou ao menos simpatizantes, os estados sulistas, vendo-se recuados e sem perspectivas de uma rápida virada, iniciam o processo de secessão, ou separação. As tensões cresciam, e os estados do sul declararam sua divisão em relação à união, estados como Alabama, Carolina do Sul, Flórida, Virgínia, Texas, Tennessee.

Aos olhos de Abraham Lincoln, a separação dos Estados Confederados da América³⁴ era simplesmente inconstitucional, sem legitimidade, devido a necessidade de um federalismo regulado por um governo central, a articulação dos três poderes em harmonia e a identidade de nação proposta pela independência da América. Por outro lado, da forma como o tema da constituição era tratado pelo secessionistas, os Estados Unidos eram formados simplesmente por um conjunto de unidades federativas autônomas, as quais, sobretudo, deveriam ser dotadas de liberdade para decidir da forma que julgassem mais convenientes para suas pretensões, sem prejuízos ao governo central, mas relutantes por progresso local.

³³ Ato de Apropriação, por meio de novos assentamentos.

³⁴ Nome oficial da nação separada, do inglês "Confederate States of America".

A grande ironia, que surge a partir da separação dos estados do sul, trata-se do sistema político que é adotado a partir do estabelecimento da região como uma nação independente. Há, novamente, a formação de um sistema federal presidencialista, tendo, como comandante máximo, Jefferson Davis.

A noble experiment? Hardly. In attempting to establish the so-called Confederate States of America, Southern zealots broke up a government that Alexander Stephens had said “comes nearer the objects of all good governments than any other on the face of the earth.”⁵⁹⁵ and precipitated a war that snuffed out 600,000 lives, all in the unworthy cause of slavery. Yet an experiment it was, an effort to organize a looking-glass variant of the United States as the South understood them—that is, with an emphasis on states’ rights and without the “consolidating” tendencies that in their view had perverted the Framers’ original design. One of the great ironies of the Confederate experiment was that, as Henry Foote later observed, war inevitably creates pressure for increased activity by the central government. (CURRIE, 2004, p.1397)

Portanto, os estados recém separados experimentavam um pouco mais do mesmo nos Estados Unidos, e o que mais os distanciava do modelo tradicional, para o mal, era justamente a força econômica que os estados da União dispunham. De uma forma ou de outra, os estados nortistas, dada sua representatividade pela indústria e pelo progresso tecnológico, como as ferrovias, por exemplo, e seu poder de barganha no exterior, principalmente no que tangia à questões protecionistas e negociação de taxas e comércio exterior, possuíam o apoio de algumas nações europeias contrárias a escravidão. Do ponto de vista dos negros escravos do sul, a Guerra de Secessão foi uma oportunidade consideravelmente conveniente para a fuga. Através da Lei do Confisco, que estabelecia justamente a tomada de propriedades com fins para confederados, como plantação de algodão e criações de gado, os escravos viam uma oportunidade de se entregarem aos cuidados da União, onde seriam libertados. Ademais, no advento das batalhas da guerra civil, escravos das propriedades rurais sulistas aproveitavam as chances e fugiam.

Esta é a perfeita condição da escravidão, que nada mais é que o estado de guerra continuado entre um conquistador legítimo e seu prisioneiro. Desde que façam um pacto entre eles, se concordam que um deles exercerá um poder limitado, que o outro obedecerá, o estado de guerra e a escravidão deixam de existir enquanto este pacto durar. Pois, como foi dito, ninguém pode concordar em conceder a outro um poder que não tem sobre si mesmo, ou seja, o poder de dispor de sua própria vida. (LOCKE, 1690, p.41)

Essa passagem de John Locke justamente delimita o que pode ser entendido como um regime de escravidão, ou um regime de subordinação acordado por ambas as partes. Ao estabelecer uma analogia com a escravidão vigente nos Estados Unidos à época, tanto nos estados da União como nos formados Estados Confederados, vê-se uma dupla interpretações para as condições recorrentes. Partindo do pressuposto de que Locke era um liberal, a escravidão até então vigente nos estados nortistas baseava-se numa espécie de acordo, pois haveria a possibilidade de dissociação. O que se pode inferir como divergente é que o dito pacto apenas teria cunho unilateral, ou seja, apenas haveria a anulação por parte do estado, como aconteceu primeiramente no norte. Por outro lado, no sul, ainda se configurava o estado do conquistador dominador e do dominado. A guerra então, aos olhos de antiescravistas como Abraham Lincoln era a oportunidade de libertação dos que foram dominados de forma truculenta. Consequentemente, a política antiescravista via especialmente a condição de se evitar o movimento de supressão acima, inclusive, do movimento de libertação.

Com maioria nas casas legislativas e apoio popular, a luta do presidente americano estava particularmente centrada na vitória da guerra civil e na libertação de todos os escravos do sul, com medidas que iam até prender pessoas sem julgamento algum.

3.3 EMANCIPAÇÃO E CONTROVÉRSIAS

Por que os estados nortistas levariam vantagem em relação aos Estados Confederados na guerra? Essa questão pode ser respondida por alguns fatores que estavam em curso na época. Primeiramente, como já se sabe, os estados da União estavam mais imersos no movimento industrial e tecnológico do que o Sul, que exportava *commodities*³⁵ e não possuía produtos de manufatura, com valor agregado que pudessem, de alguma maneira, servir como uma carta na manga para apoio de nações europeias. Além disso, com o curso da guerra, a indústria de armas, que novamente pertencia ao norte, passou a crescer a passos largos.

³⁵ Mercadorias sem valor agregado, portanto que não sofreram um processo de manufatura.

Durante o conflito, era evidente a imensa superioridade do norte em relação aos Estados Confederados. A condição econômica era mais favorável, havia um contingente apto a servir o exército cinco vezes maior do que no sul, entre outros fatores. Como os estados da União detinham o poder federativo, pois eram, de fato, os Estados Unidos da América, houve o fechamento de portos do sul e os latifundiários do algodão ficaram sem possibilidades de enviar suas mercadorias para o exterior.

A grande questão era alicerçada nas frentes de articulação para a justificativa da libertação dos escravos, as quais Lincoln se inseria. Havia uma diferença substancial entre antiescravista e abolicionista. Ora o presidente americano pautava seu discurso na questão moral da liberdade, ora alicerçava seu discurso na premissa de que o escravo seria uma mercadoria, e, dessa forma, seus detentores, com a abolição, seriam recompensados. Observando o discurso de Abraham Lincoln, é possível inferir que ele é carregado de populismo progressista, como, por exemplo, quando diz “O governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Após inúmeras batalhas, o Sul encontrava-se majoritariamente destruído, considerando, inclusive, a possibilidade de colocar os próprios escravos para guerrear no conflito.

The Confederacy was desperate in the latter part of the war, and some of its leaders suggested the slaves, more and more an obstacle to their cause, be enlisted, used and freed. After a number of military defeats, the Confederate secretary of war, Judah Benjamin, wrote in late 1864 to a newspaper editor in Charleston... “It is well known that general Lee, who commands so largely the confidence of the people, is strongly in favor of our using the negroes for defense, and emancipating them if necessary, for that purpose...” One general, indignant, wrote: “If slaves will make good soldiers, our whole theory of slavery is wrong.” (ZINN, 2012, p.07)

Não somente para os estados sulistas, a guerra começou a trazer resultados indesejáveis para os estados da União também, grande número de mortos, grandes perdas econômicas, sucateamento de determinados setores industriais e etc. Apesar de todos os aspectos provenientes nos anos nocivos de uma guerra, Lincoln acreditava que a emancipação dos escravos traria força aos nortistas no conflito e apoio de europeus abolicionistas, somando-se ao fato a perda da mão-de-obra gratuita do sul, que diminuiria significativamente o seu poderio financeiro.

Lincoln, dado todo o desgaste ocasionado pelo conflito, sabia que estava na hora de redefinir todo o seu propósito. Inicialmente, tratava-se dos esforços em manter a União e os Estados Unidos como uma única força. Porém, a partir de meados da guerra civil, Abraham Lincoln redefiniu seu maior objetivo, passando de uma questão estruturada na manutenção territorial para uma questão moral de liberdade e de republicanismo. Há um grande dualismo quando se fala na abolição do regime escravista nos estados rebeldes do sul, pois, a partir daquele momento, Lincoln redesenhava os esforços de guerra para também, além de libertar os negros escravos, reduzir drasticamente o poder econômico dos confederados.

Como dito, duas possibilidades antagônicas tratavam da reviravolta na guerra com a emancipação, a derrota do modelo socioeconômico do sul, mas também a manutenção do *Status Quo*³⁶ vigente na época a respeito das profecias inalienáveis dos Pais Fundadores da nação, como o modelo de representatividade e liderança para o resto das nações. É de extrema importância relatar que a emancipação, num primeiro momento, era tratada, e foi posta em prática, como uma medida militar estratégica, com vistas ao enfraquecimento imediato dos Estados Confederados e uma aclamação da luta pela liberdade junto aos exércitos da União.

Toda a teoria republicana, pautada na igualdade e nos direitos, e isto deixa de ser frisado em muitos textos, conviveu perfeitamente bem nos EUA, com a escravidão até o momento em que se tornou desinteressante financeiramente, para o capitalismo e o progresso econômico almejado, manter uma mão-de-obra que não era, ao mesmo tempo, mercado consumidor. 76 anos de escravidão depois da Constituição Republicana? Que igualdade é essa? É a igualdade entre iguais? Isto é republicanismo? Parece até que estamos falando do conceito de democracia na polis grega. (OLIVEIRA, 2008, p.07)

A Guerra Civil Americana possuiu inúmeros desfechos quando analisados de alguns pontos principais e decisivos. Em primeiro lugar, direta ou indiretamente, com a Proclamação da Emancipação, aproximadamente três milhões de escravos afro-americanos de um total de quatro milhões foram libertados. Ademais, dada a libertação redesenhada pelos ideais de liberdade americano propostos pela constituição, a guerra ganhou contornos romantizados, de modo que acabou se

³⁶ Expressão do Latim "Statu Quo", que se refere ao que se encontra num estágio inerte, sem mudanças, igual.

tornando o conflito de patriotas contra desertores, contra os sulistas que negavam sua própria identidade como federalista, mas acima de tudo, como união.

Contra-pondo-se a ideia de que seria eloquentemente severo em relação aos rebeldes após o fim do conflito, Lincoln sabia que, num momento em que a guerra ganhava contornos de um desfecho favorável para os nortistas, a benevolência e o equilíbrio partiriam para uma estratégia para que ele fosse amplamente visto como um herói. Indubitavelmente, a questão escravagista era muito mais entendida pelo presidente norte-americano como uma questão econômico-militar, que necessitava de um pragmatismo imediato, do que a transformação da América num reduto de múltiplas etnias e sua consagração.

Ao que dizer que algumas questões não teriam volta, ou melhor dizendo, não precederiam, Lincoln referia-se ao caráter definitivo de suas decisões. A indagação do sul era majoritariamente pontuada pela questão: Quantos escravos estariam de fato livres? Em quais regiões?

Partindo desta linha de pensamento, a discussão não só continua no escopo revolucionário, mas agora adentra o campo jurisdicional também. As principais inconsistências advinham da falta de homogeneização do movimento. Os escravos apenas teriam sua liberdade garantida nos estados rebeldes, que lutavam “contra” os Estados Unidos e sobre os quais não se aplicava a legislação dos estados da União, onde o processo escravista ainda era legal e optativo.

Under congressional policy approved by Lincoln, the property confiscated during the war under the Confiscation Act of July 1862 would revert to the heirs of the Confederate owners. Dr. John Rock, a black physician in Boston, spoke at a meeting: "Why talk about compensating masters? Compensate them for what? What do you owe them? What does the slave owe them? What does society owe them? Compensate the master? It is the slave who ought to be compensated. The property of the South is by right the property of the slave. (ZINN, 2012, p.08)

Com o fim Guerra de Secessão para seu fim, Lincoln cada vez mais acreditava que o ambiente estava se tornando mais e mais propício para a aprovação da 13ª Emenda à Constituição, que aboliria definitivamente a escravidão até os dias atuais. Com sua vitória para um segundo mandato e a ampla maioria perante o Senado e a Câmara dos Representantes, o presidente Lincoln criou o ambiente ideal para a continuidade de seu projeto, o que de fato ocorrera. Em

relação ao lado democrata, a maioria permaneceu contrário às mudanças. Entretanto, era evidente que a proposta de Lincoln e seus respectivos desdobramentos paralelos à Guerra Civil causariam um furor nunca antes visto.

Among the spectators who cheered and wept for joy when the House passed the 13th Amendment were many black people. Their presence was a visible symbol of the revolutionary changes signified by the Amendment, for until 1864 Negroes had not been allowed in Congressional galleries. Blacks were also admitted to White House social functions for the first time in 1865, and Lincoln went out of his way to welcome Frederick Douglass to the inaugural reception on March 4. Congress and northern states enacted legislation that began to break down the pattern of second-class citizenship for northern Negroes: admissions of black witnesses to federal courts; repeal of an old law that barred blacks from carrying mail, prohibition of segregation on street cars in the District of Columbia, repeal of black laws in several northern states that had imposed certain kinds of discrimination against Negroes or barred their entry into the state; and steps to submit referendums to the voters of several states to grant the ballot to blacks (none of these referendums passed until 1868). Perhaps the most dramatic symbol of change occurred in February 1, the day after House passage of the 13th Amendment. On that day, senator Charles Sumner presented the Boston lawyer John Rock for admission to practice before the Supreme Court, and Chief Justice Salmon P. Chase swore him in. There was nothing unusual in this except that Rock was a black man, the first Negro accredited to the highest court which eight years earlier had denied U.S citizenship to this race. The Court had been virtually reconstructed by Lincoln's appointment of five new justices including Chase. The transition from Roger Taney to Chase as leader of the Court was itself the most sweeping judicial metamorphosis in American history. (McPHERSON, 1988, p. 840-841)

A partir de todo o cenário produzido pelo projeto de emancipação, a mesma de fato ocorre quando a 13ª Emenda é aprovada pelas casas legislativas dos Estados Unidos, o Senado e a Câmara dos Representantes, com boa maioria, já que eram dominadas por republicanos e apoiadores de Abraham Lincoln na época. O pragmatismo disso tudo é estabelecido justamente por tratar-se de uma emenda constitucional, isto é, irrevogável. Quando da emancipação, esta viera através de esforços de guerra, e, observada a questão federalista, quando a União devolvesse aos estados do sul sua independência após o fim do conflito, estes novamente poderiam desenvolver projetos civis, que legalizassem mais uma vez o movimento escravista nesses lugares. Sendo dessa maneira, não havia uma legitimidade concreta nos discursos do presidente do ponto de vista jurídico, e para que seu projeto se concretizasse, seria necessário o respaldo legal, que acontecera pela

aprovação de tal medida. Qualquer medida que pudesse tramitar para a volta da escravidão nesses estados seria, portanto, inconstitucional.

Um ponto-chave que deve ser compreendido para a análise do movimento de ruptura escravista nos Estados Unidos é que este, primeiramente, não tinha um caráter social, mas era oriundo de estratégias militares e econômicas que iriam gradativamente enfraquecer a Confederação, já que os exércitos da União não eram tão superiores.

A vitória definitiva se deu com a captura e prisão do então presidente dos Estados Confederados da América, Jefferson Davis, num momento em que os sulistas já não possuíam mais condições financeiras, pois, claramente havia um custo alto para a guerra, o maior conflito civil no século XIX. A debandada em massa dos escravos diminuiu drasticamente a produção de algodão e outras culturas de plantation nos latifúndios do sul. Além disso, a indústria bélica do norte se fortalecia cada vez. Mais, dadas as circunstâncias do conflito, a supremacia do Norte, a perda dos escravos e a perda das batalhas no congresso, a derrota da guerra civil era moral, já que para muitos sulistas, o princípio máximo do federalismo nos Estados Unidos havia se corrompido.

Após a Proclamação da Emancipação e a sua consequente aprovação perante o congresso nos Estados Unidos, o presidente Lincoln ganhou enorme popularidade junto aos setores que não foram diretamente afetados pela abolição e é reeleito para um segundo termo em 1865. Entretanto, jamais chegaria a cumprir seu mandato à frente da Casa Branca, sendo assassinado pelo fanático defensor da Confederação John Wilkes Booth, inconformado com a derrota na guerra civil, em Washington D.C, no dia 14 de Abril de 1865.

Há, consideravelmente, uma discordância nos debates a respeito do legado deixado por Abraham Lincoln. Por muitos, e por grande parte do povo norte-americano, ele é considerado o maior presidente da história dos Estados Unidos, superando inclusive o Pai Fundador George Washington. Contudo, para outras parcelas de norte-americanos e não norte-americanos, o legado do 16º presidente americano é amplamente contestado. Essa contestação ocorre por duas razões principais: primeiramente, durante a Guerra de Secessão, Lincoln tomara medidas apenas para garantir novos arranjos militares e vantagem à União, defasando exércitos sulistas que poderiam ser formados por escravos e sua economia, já que

os Confederados ficariam sem mão-de-obra gratuita e sua produção diminuiria drasticamente.

Em segundo lugar, Lincoln havia declarado a emancipação apenas para os estados sulistas confederados, ou estados de fronteira, estados os quais a legislação da União não teria alcance. Em relação aos estados nortistas propriamente ditos, a escravidão continuou a ser facultativa e praticada livremente caso fosse da vontade dos detentores de escravos afro-americanos. A abolição total da escravidão nos EUA só viria a ocorrer em âmbito nacional com a aprovação da 13ª Emenda. Há quem diga, ainda, que só houve a determinada emenda pois Lincoln começara a ficar receoso de que os territórios rebeldes pudessem novamente liberalizar o movimento escravista após o fim do conflito. Por fim, há quem diga que Lincoln ferozmente tentou impedir a secessão do sul pois o lucro sobre taxas de importação representava incríveis 90% da receita norte-americana na época, e nada menos que 75% dos portos estavam localizados no sul.

Dados os aspectos morais, Abraham Lincoln via o negro como um ser humano que, pautado nos preceitos da Constituição dos Estados Unidos da América, deveria ser envolvido pelos princípios da liberdade. Porém, ainda o via como um ser inferior ao branco.

Quem libertou os escravos? Se é que eles foram de fato 'libertados', isso ocorreu por causa da Décima Terceira Emenda, a qual foi escrita e pressionada para ser aprovada não por Lincoln, mas sim pelos grandes emancipadores que ninguém conhece, os abolicionistas e líderes congressistas que criaram o clima e geraram a pressão política que incitou, empurrou e finalmente forçou Lincoln à glória ao associá-lo a uma política à qual ele resolutamente se opusera por pelo menos cinquenta e quatro de seus cinquenta e seis anos de vida. (BENNETT JR, 1999, p. 19)

Da herança deixada pela Guerra de Secessão ao que tange a inserção negra na sociedade, aconteceu o que mais tarde, em 1888 também aconteceria no Brasil. Houve a libertação dos negros afro-americanos sem qualquer respaldo ou políticas assistencialistas que pudessem fortalecer o segmento a natural inserção social, lugares no mercado de trabalho e a não-discriminação social. Ademais, o sentimento de revolta e revanchismo ocasionado pela derrota na Guerra Civil Americana fomentou, através de veteranos confederados, o surgimento de uma organização racista pautada na supremacia da raça branca em Nashville, no Tennessee, a Ku

Klux Klan, em 1866. A Ku Klux Klan teria seu apogeu na década de 1920, chegando a contar com quatro milhões de membros. Com o passar do tempo, e através de medidas governamentais e campanhas antirracismo, ela foi perdendo força e espaço, mas existe até os dias atuais.

A series of bloody slave revolts in Virginia and other parts of the South resulted in the widespread practice of authorized night patrols composed of white men specially deputized for that purpose. White Southerners looked upon these night patrols as a civic duty, something akin to serving on a jury or in the militia. The mounted patrols, or regulators, as they were called, prowled Southern roads, enforcing the curfew for slaves, looking for runaways, and guarding rural areas against the threat of black uprisings. They were authorized by law to give a specific number of lashes to any violators they caught. The memory of these legal night riders and their whips was still fresh in the minds of both defeated Southerners and liberated blacks when the first Klansmen took to those same roads in 1866. (THE SOUTHERN POVERTY LAW CENTER, 2011, p.08)

CAPÍTULO 3 – MARTIN LUTHER KING E A LUTA CONTRA O RACISMO

4.1 – UMA HISTÓRIA DE LUTA

A história dos anos de 1960 nos Estados Unidos passa por uma completa revolução nos costumes, nas vestimentas, e no modo de encarar os desejos e as necessidades, a realidade e o que se almejava para um mundo mais justo e menos preso a tradições. Se questionava fortemente o que era liberdade, o que era igualdade, modelo, progresso e justiça.

Havia uma grande sede pela busca de algo novo no sentido de romper com os velhos consensos que se estabelecia no país, como o tão difundido *American Way of Life* e a felicidade infinita dos americanos que julgavam estar na terra das oportunidades infinitas. Indo na contramão do que muitos intelectuais conservadores dos anos de 1950 afirmavam, a década seguinte seria de imensos questionamentos, lutas, alvoroços e quebras de paradigmas. Tudo isso, no entanto, ganhava proporções ainda maiores quando levado em consideração a luta incessante contra o Comunismo³⁷, e algumas medidas insatisfatórias, como o embargo a Cuba e a Guerra do Vietnã no campo da política externa.

³⁷ Organização socioeconômica pautada na propriedade coletiva e nos meios de produção.

Em 1960, o presidente eleito dos Estados Unidos foi John Kennedy (1960-1963). Ele representava um alento às aspirações liberais advindas primeiramente do *New Deal*³⁸, com novas medidas sociais e progressistas. Com sua morte em 1963, John Kennedy foi idealizado como um divisor de águas no programa liberal que crescia na década.

Seu substituto, Lyndon Johnson, tomou inúmeras medidas de caráter progressista, como os chamados “Programas da Grande Sociedade”, com investimentos em educação, saúde, obras públicas e moradia, contribuindo para a redução da pobreza no país.

A grande ruptura na chamada “longa década” trata-se do surgimento de uma reciclada classe política, a “Nova Esquerda”. Os militantes da Nova Esquerda eram dotados de uma postura que ia totalmente contra o conflito no Vietnã, a invasão à Cuba, e completamente favoráveis aos movimentos civis da época, desde ações organizadas por uma juventude descontente com os padrões vigentes, estimulados por uma infinidade de novas possibilidades quanto a visão de mundo imposta pelo imperialismo e a autonomia dos Estados Unidos, até o movimento *Hippie* da contracultura, da liberdade sexual e da paz e amor. O movimento liberal-cultural na década de 1960 teve importante apoio da classe artística da época, adeptos da bandeira do antielitismo e a luta de classes.

Os movimentos sociais dos anos 1960 moldaram e foram influenciados por novos desenvolvimentos culturais. Críticas aos valores e convenções da classe média foram expressas em novos estilos de vida. O mais famoso exemplo é o dos hippies, que usaram roupas rústicas, cabelos compridos e drogas, rejeitando a banalidade da sociedade moderna, expressando desejos sexuais e instintos individuais mais livremente e procurando refúgio numa vida mais simples e pacífica, seja em bairros boêmios como o Haight-ashbury, em São Francisco, seja em comunas rurais que se espalharam pelo país. Poucos abraçaram essa vida completamente, mas muitas dessas novas práticas sociais refletiram-se em correntes culturais na sociedade comum todo. (KARNAL, 2007, p. 212)

Esse clima de desmembramento com os velhos padrões e o caráter neoconservador intelectual da década passada não só estimulou esse levante sociocultural de uma nova juventude que simplesmente não se via representada

³⁸ “Novo Acordo”, programa criado no governo Roosevelt para o combate aos efeitos da Grande Depressão em 1929.

pela histórica forma de condução política nos Estados Unidos interna e externamente, mas também movimentos de inserção social perante o engessado cenário racista que vigorava há séculos nos Estados Unidos. Por conta da própria retórica estabelecida pelo neoconservadorismo a partir de 1950, a questão do racismo voltou à tona com o segregacionismo que passou a ocorrer especialmente nos estados do sul dos Estados Unidos, coincidentemente ou não, os mesmos adeptos e simpatizantes ao regime escravocrata do século passado. A segregação ocorre nos mais diversos meios sociais, desde escolas, meios de transporte coletivo, especialmente ônibus, até mesmo bebedouros de água, onde havia, especificadamente através de placas e sinalizações, unidades apenas para negros e outros para brancos.

Dessa ressurreição das questões raciais nos Estados Unidos, conseqüentemente, surgem também novas lideranças que viriam a contrapor e lutar pela igualdade civil entre negros e brancos. Na década de 1960, destacadamente, seriam eles o pastor Martin Luther King Jr. e Malcolm X, com ideologias e formas de protesto divergentes, mas tendo o reconhecimento como objetivo.

Nascido em Atlanta, no estado da Geórgia, em sua juventude, Martin Luther King Jr já estudava em escolas segregacionistas desde sua infância e depois juventude, um dos locais que seriam emblemáticos na racista sociedade norte-americana. King mais tarde estudaria medicina e direito. Embora principalmente o estudo do direito e das leis o fizesse ter grande conhecimento a respeito de seus direitos e liberdades, King se interessava majoritariamente pelo ativismo político e civil, pela luta social e pela religião, afinal de contas, seu pai, Martin Luther King já tinha nas veias a questão religiosa. Entretanto, apesar da influência natural que King possuía em sua própria casa, o jovem revolucionário teria dado o braço a torcer por um amigo de seu patriarca chamado Dr. Benjamin Mays, um teólogo que também era grande defensor da igualdade racial nos Estados Unidos. Talvez fora justamente isso que o fez seguir os caminhos da religião.

King faz toda sua carreira no seminário e na religião até completar seu grau de doutorado, em 1955. É nessa época que conhece sua companheira da vida toda, Coretta Scott, eles se casam e mudam para o estado do Alabama, também no sul, um lugar historicamente marcado pelo segregacionismo no país.

O ativismo político de Martin Luther King Jr. é intensificado a partir do momento em que funda a Conferência da Liderança Cristã do Sul, da sigla do inglês

SCLC³⁹. Neste momento, suas ações passam a estar grandemente baseadas nos preceitos de ativismo pacífico de não-violência, por meio da ideologia de Desobediência Civil proposta por Mahatma Gandhi, líder indiano que levou a independência da Índia do Paquistão na década de 1940.

Portanto, o Estado nunca enfrenta intencionalmente a consciência intelectual ou moral de um homem, mas apenas seu corpo, seus sentidos. Não está equipado com inteligência ou honestidade superiores, mas com força física superior. Não nasci para ser forçado a nada. Respirarei a meu próprio modo. Vejamos quem é o mais forte. Que força tem uma multidão? Só pode forçar-me aquele que obedece a uma lei mais alta que a minha. Forçam-me a tornar-me como eles. Não sei de homens que tenham sido forçados a viver desta ou daquela maneira por uma massa de homens. Que espécie de vida seria essa? (THOREAU, 1997, p. 8-9)

Martin Luther King Jr. era um pastor ativista protestante das causas civis para os afro-americanos especialmente no histórico racismo do Sul, ainda enraizado pela guerra civil. No decorrer da década de 1960 com o crescimento grandioso de sua liderança, sua forma inovadora de protestos e sua retórica contundente, inclusive apontada por muitos estudiosos como uma das melhores de todos os tempos, fez com que suas ideias e formas de atuação se espalhassem por todo o território norte-americano, influenciando até mesmo jovens brancos que não estavam satisfeitos com a condição racista de seus pais, majoritariamente os militantes da chamada “Nova Esquerda”

É importante ressaltar que, nessa época, o racismo nos Estados Unidos não somente ocorria nos segmentos sociais, mas também havia o chamado “racismo institucionalizado”, que nada mais era que a discriminação pela questão racial em instituições e prédios públicos. É verdade que isso, pelo menos a nível oficial, era abolido pela 13ª Emenda à Constituição do presidente Lincoln há mais de 100 anos, mas na prática não ocorria. Em termos gerais, o retorno massivo da questão do racismo nos Estados Unidos principalmente nas décadas de 1950 e 1960 se dava pela corrente intelectual pregada pelos neoconservadores, o movimento de instabilidade sócio-política no pós-guerra e mesmo o desconforto e não mais aceitação da condição de marginalizados as quais os negros estavam submetidos. Parte deste segregacionismo ocorre também pelo bom momento que os norte-

³⁹ Do inglês “Southern Christian Leadership Conference”.

americanos presenciaram após o fim da Segunda Guerra Mundial: vitoriosos, enriquecidos, seu território intacto e a condição de maior potência do mundo.

Partindo dessas premissas a respeito da condição econômica do país ao término do segundo grande conflito mundial, pode-se inferir que apesar da privilegiada condição financeira estabelecida pela terra do Tio Sam, o que era exatamente crescimento econômico não necessariamente se convertia em desenvolvimento econômico. A medida que a investida capitalista crescia, haviam reorganizações estruturais no setor industrial que segregavam indutivamente os bairros “para brancos” e os bairros “para negros”, pois as indústrias eram realocadas para as regiões da cidade de maioria branca, aumentando a desigualdade e a pobreza nos bairros menos favorecidos.

4.2 AS AÇÕES TRANSFORMADORAS, A PROPOSTA DA NÃO-VIOLÊNCIA E O ATIVISMO DE MALCOLM X

A tendência de Martin Luther King Jr. pela luta civil era clara desde seus 15 anos, entre conversas informais e pensamentos políticos extremamente conscientes para a época. Apesar de não haver credibilidade suficiente por se tratar ainda de um adolescente, o filho de Atlanta logo foi levado pelo sentimento de luta por seu mentor Benjamin Mays, amigo de seu pai.

Já adulto, ao casar-se com Coretta Scott, os dois se estabeleceu em Montgomery, capital do estado do Alabama, que, nas palavras do próprio King “era a capital do racismo e da injustiça na América”. É em Montgomery que ele se torna líder do movimento da Conferência Cristã do Sul. Doutor em filosofia e a frente da congregação, ele passa a ganhar maior evidência no cenário civil e político nos Estados Unidos.

Obviamente, muitos dos movimentos por direitos civis na América eram vistos com total aversão por grandes parcelas da população branca, especialmente no tradicionalismo do sul, políticos e até mesmo pela polícia, que agia com parcialidade e truculência.

Ativistas por direitos civis continuaram a longa tradição de intelectuais negros ao se preocupar com políticas internacionais como o anticolonialismo na África, ironizando na sua literatura, como fez o escritor James Baldwin por exemplo, que muitos países

africanos ganhariam independência antes que afro-americanos pudessem comprar uma xícara de café numa lanchonete para brancos. Policiais, políticos locais e a grande maioria da população branca do sul responderam com brutalidade às reivindicações que abalavam seu poder. Militantes em passeatas foram atacados pela polícia e por brancos contrários; milhares foram espancados e presos. Igrejas negras sofreram atentados e ativistas foram assassinados. (KARNAL, 2007, p. 206)

O primeiro grande episódio e talvez um dos mais emblemáticos de King foi justamente em Montgomery. Rosa Parks, secretária de uma associação em defesa dos negros, recusou-se a ceder seu lugar para um passageiro branco, já que os brancos deveriam sentar-se à frente e os negros ao fundo. Parks foi presa, mas logo posta em liberdade. King aderiu a causa, organizando um boicote ao sistema público de transportes da capital do Alabama. Esse boicote durou mais de um ano, o suficiente para ocasionar grandes perdas no setor e irritar quem controlava o transporte público na cidade, cidadãos brancos, como de costume. Mesmo assim, através de uma decisão proferida pela Suprema Corte dos Estados Unidos, o ato de segregação tornou-se inconstitucional no país a após esse acontecimento.

But the truth is more powerful. Fifty Thousand people of color forced, through a storm of hardship and courage, a segregated bus system to open its doors to equality. A young preacher took center stage and emerged as a symbol of national and international significance. And the city of Montgomery gave birth to America's civil rights era. (SMITHSONIAN INSTITUTION, 2005, p.02)

Este episódio pode ser considerado como o primeiro ato (ou o primeiro de grande evidência) de Desobediência Civil na era da luta pelos direitos civis americanos. O conceito de Desobediência Civil, preconizado por Henry Thoreau (1849), trata justamente do desrespeito pacífico e a represália a determinadas legislações civis para que estas sejam novamente observadas por seus governantes e alteradas caso não deem o respaldo necessário às pessoas. O governo só é efetivo quando supre as necessidades de seus governados, ou então seus governados podem ignorá-lo.

Era nisso que Martin Luther King acreditava. Que a mudança de paradigmas sociais só seria efetiva, e sobretudo válida, se fosse realizada por meios de paz, de maneira gradativa e legítima. O primeiro grande líder a assentar sua filosofia de libertação sobre os princípios da não-violência foi Mahatma Gandhi, o líder indiano,

como supracitado. King sempre foi um seguidor das ideias de Gandhi e via em sua forma de condução popular um meio extremamente transparente e equilibrado de elevar suas conquistas. King, inclusive, viajou até a Índia em 1959 para ter contato com a terra de Gandhi, observar seu povo e ver o que realmente se passava por lá uma década depois de sua morte. Segundo o próprio King, era possível sentir que o espírito de Gandhi ainda estava lá. Contudo, o relato mais importante trata de seu entusiasmo e empatia em relação ao boicote ao ônibus em Montgomery e a consciência que a população indiana dotava.

We got a good press throughout our stay. Thanks to the Indian papers, the Montgomery bus boycott was already well known in that country. Indian publications perhaps gave a better continuity of our 381-day bus strike than did most of our papers in the United States. Occasionally I meet some American fellow citizen who even now asks me how the bus boycott is going, apparently never having read that our great day of bus integration, December 21, 1956, closed that chapter of our history. (KING, 1959, p.03)

O ativismo e a luta incessante de King pelo reconhecimento dos direitos e da igualdade continuavam. Era possível observar que seus esforços concentravam-se nos estados do sul pelas já tão conhecidas questões históricas e pelo fato de King primeiramente buscar a igualdade em sua terra natal e nas proximidades. Dessa forma, uma nova demonstração ocorrera em Birmingham, Alabama. Na verdade, uma série de protestos ocorre por conta de processos discriminatórios na contratação para vagas de emprego entre brancos e negros. Como de costume para a época, há desmedida repreensão policial, e cobertura proporcionada pela mídia com um cunho totalmente sensacionalista em favor dos setores dominantes brancos. Altamente racista e segregada, contando com uma população de negros que chegava a 40% da população total, Birmingham era, por vezes, chamada de "*Bombingham*", uma alusão à palavra do inglês *bombing*, que significava bombardeio, bombardear, devido a grande violência no local. Não obstante, a cidade era um dos fortes redutos da organização racista Ku Klux Klan, que causava terror com medidas extremamente violentas, opressoras e desumanas.

The U.S. Klans wasn't the only Klan organization trying to gain a stronghold in the South; a number of rival factions made a name for themselves through gruesome acts of violence. A U.S. Klans splinter group in Alabama was responsible for the 1957 assault on Edward

“Judge” Aaron, a black handyman from Birmingham. Members abducted him, castrated him and poured hot turpentine into his wounds. (THE SOUTHERN POVERTY LAW CENTER, 2011, p.26)

Devido a seu envolvimento e sua liderança no movimento, dado os precedentes já conhecidos a respeito da violência e da seletividade empregada nas cortes da cidade, King foi preso como um criminoso e intransigente. Na prisão escreve um documento denominado *A Letter from a Birmingham Jail*, anotações que continham suas percepções acerca do ambiente social e político pelo qual a cidade estava imersa. Dentro desta perspectiva, King, analogamente articula o processo de atuação empregado nas manifestações na cidade com a filosofia da não-violência de Gandhi mais uma vez:

In any nonviolent campaign there are four basic steps: collection of the facts to determine whether injustices exist; negotiation; self purification; and direct action. We have gone through all these steps in Birmingham. There can be no gainsaying the fact that racial injustice engulfs this community. Birmingham is probably the most thoroughly segregated city in the United States. Its ugly record of brutality is widely known. Negroes have experienced grossly unjust treatments in the courts. There have been more unsolved bombings of Negro homes and churches in Birmingham than in any other city in the nation. There are the hard, brutal facts of the case. On the basis of these conditions, Negro leaders sought to negotiate with the city fathers. But the latter consistently refused to engage in good faith negotiation (KING, 1963, p.01)

É imprescindível, a partir desse ponto, deixar claro que a luta civil e por direitos de Martin Luther King não se restringiu a questão racial. Ele via que uma parcela do povo ter suas condições asseguradas, seus direitos garantidos e seu espaço respeitado, é necessária uma integração equilibrada e fraterna entre eles era necessário que os negros também tivessem uma decente condição econômica, trabalho, uma digna colocação social. Como dito anteriormente, o presidente Lyndon Johnson foi responsável por algumas políticas assistencialistas que tentaram viabilizar a inserção também financeira do negro na sociedade, mas também em vão. Com o passar do tempo, políticas federais industriais de retirada de fábricas em redutos negros, moradia e educação precárias, além da constante violência em guetos iam na contramão das conquistas dessa minoria. Na década seguinte, em 1970, a renda de um branco era aproximadamente de 40% maior do que a de um negro.

Em relação a política externa, King era contra as políticas imperialistas praticadas pelos Estados Unidos, em especial em relação à Guerra do Vietnã, as represálias em relação a Cuba e ao anticomunismo ferrenho praticado nos anos da Guerra Fria. Para o pastor protestante, todos eram irmãos e apesar de divergências político-ideológicas, deveriam se respeitar.

One day somebody should remind us that, even though there may be political and ideological differences between us, the Vietnamese are our brothers, the Russians are our brothers, the Chinese are our brothers; and one day we've got to sit down together at the table of brotherhood. But in Christ there is neither Jew nor Gentile. In Christ there is neither male nor female. In Christ there is neither Communist nor capitalist. In Christ, somehow, there is neither bound nor free. We are all one in Christ Jesus. And when we truly believe in the sacredness of human personality, we won't exploit people, we won't trample over people with the iron feet of oppression, we won't kill anybody. (KING apud KING JR., 1999, p. 334)

Assim, o ativismo político de Martin Luther King ia cada vez mais mesclando a luta pelos direitos civis dos afro-americanos com o ativismo político anti-guerra, a busca pela paz e também a luta por condições para que as populações marginalizadas pudessem se desenvolver de maneira digna e por suas próprias mãos, como a abertura de vagas de emprego de maiores níveis para negros, o que era algo completamente inimaginável para os Estados Unidos na década de 1950 e 1960.

King, entre as inúmeras ações transformadoras que o levaram ao reconhecimento mundial ao longo de sua vida e também após a sua morte em 1968, duas merecem destaque pela abrangência e pela forma que foram tratadas ao longo dos anos: a marcha em Selma (Alabama) e a marcha na capital Washington. Especialmente a marcha na capital federal que possuía como grande objetivo reafirmar a extrema necessidade da aprovação do *Civil Rights Act*⁴⁰, já remetida ao congresso americano.

A Marcha sobre Washington além de promover mais uma vez a igualdade racial nos Estados Unidos, tinha como meta estabelecer a mesma condição para negros e brancos no trabalho, isto é, mesmas condições, mesmas estruturas e uma competitividade igual. Não somente Martin Luther King, mas outras figuras importantes da época estimulavam e encabeçavam o movimento, como o músico

⁴⁰ Ato dos Direitos Civis.

Bob Dylan, recém vencedor do Prêmio Nobel de Literatura. Na ocasião ele cantou sua música *Blowin' in the Wind*, que fazia alusão ao movimento de libertação e igualdade dos negros, “*Yes, and how many years can some people exist before they're allowed to be free?*” (DYLAN, 1962). A Marcha sobre Washington contou com mais de 200.000 pessoas e foi um sucesso estrondoso, levando a retórica do reverendo Martin Luther King a níveis antológicos, tendo o momento alto do movimento seu discurso mais difundido “I Have a Dream”. Emblematicamente, o protesto ocorre no “Memorial Lincoln”, alusão ao 16º presidente dos Estados Unidos e sua luta pelo fim da escravidão no século anterior.

Por outro lado, a marcha em Selma ocorre em 1965, sendo sucessora à Marcha sobre Washington. Nessa ocasião, o objetivo principal do protesto era reforçar a pressão que já havia sendo feito em estados do sul que ainda eram relutantes na concessão do voto para as parcelas negras da população. A essa altura, Martin Luther King já era vencedor do Prêmio Nobel da Paz que ganhara no ano anterior em 1964 e sua liderança no movimento dava contornos decisivos e muito destaque ao protesto. O lugar escolhido para a ação foi Selma em Montgomery, respectivamente, não ao acaso: o estado era um dos mais racistas do país, e uma população afro-americana inferior a 2%, na época com uma população total de 15.000 habitantes, conseguira o direito de votar. Muitos desses protestos eram dissipados com força e truculência, visto que as próprias autoridades naquele tempo muitas vezes eram declaradamente racistas.

Partindo dessa premissa, um fato que deve ser levado substancialmente em consideração trata-se da Ameaça do então chefe do FBI⁴¹ John Edgar Hoover à Martin Luther King. Hoover era um racista declarado, completamente avesso aos movimentos de afirmação negra e a conquista de direitos na América. Sendo assim, o então policial e chefe envia uma carta ao reverendo, renegando completamente sua condição de líder a deslegitimando sua luta. A carta tem teores subliminares, mas, em determinado trecho, o mandatário do FBI sugere que King cometa suicídio.

King, there is only one thing left for you to do. You know what it is. You have just 34 days in which to do (this exact number has been selected for a specific reason, it has definite practical significant. You are done. There is but one way out for you. You better take it before

⁴¹ Federal Bureau of Investigation, policia federal dos Estados Unidos.

your filthy, abnormal fraudulent self is bared to the nation. (HOOVER, 1964, s/n)

Como em qualquer outra época da história, era evidente o descontentamento de setores conservadores e contrários à movimentos de quebra de uma ordem estabelecida, do *Status Quo* da época. O grande empecilho é que esses líderes não eram poucos e eram importantes formadores de opinião no meio público. Até 1963 inclusive, o próprio presidente John Kennedy não se mostrava nem um racista, mas tampouco um grande apoiador e entusiasta dos movimentos pelos direitos civis, um tanto quanto apático ou desinteressado. Isso mudaria razoavelmente a partir de seu sucessor Lyndon Johnson, que faria algumas mudanças importantes, mas pressionado também pela atmosfera da época e a presença espirituosa do reverendo King.

Na mesma época de King surge outra figura que se tornaria referência na busca pela igualdade entre brancos e negros na sociedade americana na década de 1960: Malcolm X. Contudo, esse líder proporia medidas antagônicas as de King para o empoderamento negro nos Estados Unidos.

Diferentemente de Martin Luther King, Malcolm X pregava uma filosofia de auto-defesa pela violência ocasional branca “por qualquer meio necessário”, portanto, dizia que a violência era justificada como meio de defesa pelos ataques brancos.

Desde o princípio de sua vida, Malcolm X vê seu destino involuntariamente ligado à luta para fazer do povo negro da América um povo em evidência. Ainda quando muito pequeno, com 5 anos de idade, seu pai é assassinado no Nebraska, onde nascera, por membros da Ku Klux Klan, organização de supremacia branca. Com recorrentes ameaças a sua família, eles, então, decidem se mudar para o estado do Michigan.

A vida de Malcolm X principalmente em sua juventude é bastante turbulenta, chegando até mesmo ser preso e cumprir pena por roubo. A partir do momento que ganha certa idade, vê que a sociedade americana era simplesmente um reino dos brancos que não permitia qualquer espaço e liberdade para os negros. Para ele, os brancos viam com imoralidade o modo de vida dos brancos e seu espaço. Numa abordagem ainda mais profunda, Malcolm X via os brancos como um mal indesejável, verdadeiros “demônios”. Por essa indissociável condição, talvez tenha pregado sua ideologia de separatismo negro, que ia justamente na contramão da

convivência mútua entre negros e brancos. Em suma, grande parte desta condição de Malcolm X da violência para fins de inclusão era interpretada muitas vezes erroneamente, haja visto que sua ideia de violência estava diretamente relacionada a condição de violência como meio transformador no meio opressão estagnado, e não propriamente dito a violência gratuita. A maior violência tratava-se da aceitação passiva de um meio ordenador racista, que não colocava ambos em igualdade, mas seu próprio modelo favoreceria a permanência da condição de não mudança.

Mas os repórteres brancos insistiam em querer me vincular com a palavra “violência”. Sou pela violência se a não violência significa que continuamos a adiar uma solução para o problema do homem preto americano... apenas para evitar a violência. Não sou a favor da não violência, se isso significa também um protelamento da situação. Para mim, uma solução protelada não é uma situação. Se for preciso recorrer à violência para que o homem preto conquiste seus direitos humanos neste país, então sou pela violência, exatamente como todos sabem que os irlandeses, poloneses ou judeus também seriam, se sofressem uma discriminação violenta. (AMX, p.377 apud RODRIGUES, p.135, 2013)

Sendo assim, é possível dizer que o pensamento de Malcolm X basicamente se divide em dois momentos: o primeiro deles trata-se de sua ideologia pelo separatismo e superioridade negra em detrimento da dominância branca por meio do princípio da autodefesa, mesmo que por vias violentas, se necessário. O segundo deles ocorre a partir de sua conversão ao Islã, peregrinação à cidade sagrada de Meca, onde passa adotar um discurso um pouco mais brando, estimulando as revoluções africanas e apostando numa revolução, mas uma revolução pautada na quebra de paradigmas a partir do estabelecimento de uma nova ordem onde haveria espaço de destaque para os negros.

Em seus primeiros anos de ativismo, Malcolm X negava o integracionismo dada sua justificativa de que jamais, nesse processo de arranjo social, haveria a primazia negra, o negro sempre estaria em segundo lugar, atrás dos brancos. Os negros deveriam unir-se ao passo que havia grande dificuldade em estabelecer a comunicação plena entre seus pensamentos. O negro afro-americano deveria orgulhar-se assim como os africanos o faziam. Por último, nessa fase de sua vida, Malcolm X prega que o socialismo era uma maneira dos negros terem seu espaço assegurado e que o capitalismo era responsável pela segregação racial.

Além de Malcolm X, um ano depois de sua morte, precisamente em 1966, surge uma nova organização que pregava pelo nacionalismo negro. Era uma organização revolucionária socialista marxista que apareceu na Califórnia e andava pelos guetos e regiões periféricas na tentativa de monitorar e proteger os negros dos abusos policiais. Entre os pilares de sustentação de sua ideologia, estavam a isenção de impostos para negros, a tomada dos meios de produção caso os empregadores e o governo não proporcionassem mínimas condições de emprego e qualidade de vida e até mesmo a luta armada para a ala mais radical do movimento. Indenizações para os séculos de exploração sofridos pela comunidade negra por parte da comunidade branca também estavam em sua pauta. Em suma, a pauta ideológica dos Panteras Negras foi desenhada através dos chamado “Programa de 10 pontos”, onde explicitavam toda sua atuação.

7. WE WANT AN IMMEDIATE END TO POLICE BRUTALITY AND MURDER OF BLACK PEOPLE, OTHER PEOPLE OF COLOR, ALL OPPRESSED PEOPLE INSIDE THE UNITED STATES. We believe that the racist and fascist government of the United States uses its domestic enforcement agencies to carry out its program of oppression against black people, other people of color and poor people inside the united States. We believe it is our right, therefore, to defend ourselves against such armed forces and that all Black and oppressed people should be armed for self defense of our homes and communities against these fascist police forces. (TEN POINT PROGRAM, 1967, p.02)

Dadas as prerrogativas, os Panteras Negras ganharam força em muitas cidades dos Estados Unidos, ocasionalmente causando revoltas e movimentos um tanto quanto violentos, em cidades de Nova York, Illinois e Califórnia. Dessa forma, a atenção foi voltada para sua militância, tendo muito de seu movimento suprimido por forças policiais e do governo, inclusive sendo acusado da morte de policiais. Contudo, inúmeros membros dos Panteras Negras foram assassinados da mesma forma e o movimento foi perdendo força.

Após a morte do reverendo Martin Luther King Jr. em 1968, a liderança do movimento dos Panteras Negras dizem que a comunidade branca havia jogado fora a última chance da tentativa do estabelecimento de um pacifismo equilibrado entre brancos e negros. Entretanto, no mesmo ano de 1968, nas Olimpíadas do México, os atletas Tommie Smith e John Carlos, respectivamente ouro e bronze nos 200m rasos, ao subirem no pódio, ergueram seus braços e cerraram seus punhos, em

representação máxima do movimento dos Panteras Negras. Curiosamente, foram expulsos dos jogos, tendo em vista a proibição do Comitê Olímpico Internacional (COI) na demonstração de militância ou apelo a qualquer movimento político. A organização efetivamente é desfeita no início dos anos de 1980, devido a perseguições incessantes da polícia, em especial do FBI do mesmo John Edgar Hoover.

4.3 O PRÊMIO NOBEL E SEU LEGADO

Martin Luther King vence o Prêmio Nobel da Paz em 1964, aos 35 anos tornando-se a pessoa mais jovem em toda a história a receber a premiação. A recebera por sua luta incessante pelo movimentos dos direitos civis e igualdade dos negros nos Estados Unidos da América, algo que até então era imensamente comum, e até mais do que isso, era a naturalidade da ordem social. Educado desde o início em escolas segregacionistas na Geórgia, sua terra natal, no sul de herança escravista de séculos atrás, King nunca se acomodou com as assimetrias sócio-raciais de sua terra fundada e construída por imigrantes. Ao receber sua premiação pelo Nobel no valor de um pouco mais de US\$ 54.000, o reverendo Martin Luther King Jr. doa seu prêmio integralmente para o prosseguimento do movimento civil negro, que teria seus principais frutos rendidos nos anos subsequentes.

Em termos políticos e civis, toda a luta de mais de uma década articulada por Martin Luther King rendeu principalmente dois momentos históricos para as minorias, especialmente os negros secularmente ridicularizados e excluídos: o Ato dos Direitos Civis de 1964, assinado pelo então presidente Lyndon Johnson, e que fora inicialmente pensado pelo seu antecessor John Kennedy, mas que nunca mostrara grande entusiasmo pela causa e pela mudança de grandes paradigmas na sociedade norte-americana da época. Inclusive, Johnson sempre demonstrou grande afinco pelas reformas sociais e medidas progressistas e alcançou resultados consideráveis como a redução da pobreza até o fim da década de 1960. Além do Ato dos Direitos Civis, foi também responsável pela assinatura do ato que garantiu a todos os negros o direito indiscriminado ao voto, em todo o território dos Estados Unidos da América.

SEC. 201. ø42 U.S.C. 2000^{a]} (a) All persons shall be entitled to the full and equal enjoyment of the goods, services, facilities, privileges, advantages, and accommodations of any place of public accommodation, as defined in this section, without discrimination or segregation on the ground of race, color, religion, or national origin. (CIVIL RIGHTS ACT, 1964)

Como supracitado, a consequência da aprovação e assinatura do Ato dos Direitos Civis de 1964 que estabelecia a igualdade entre todos nos Estados Unidos, o ato pelo voto, originalmente chamado de *Voting Rights Act of 1965*, sacramentava o direito dos negros de escolher seus representantes a nível local, estadual ou federal, sem quaisquer manobras que costumavam ser feitas para que parcelas da população tivessem seu direito impedido, o que era comum na época.

SEC. 4. (a) To assure that the right of citizens of the United States to vote is not denied or abridged on account of race or color, no citizen shall be denied the right to vote in any Federal, State, or local election because of his failure to comply with any test or device in any State with respect to which the determinations have been made under subsection (b) [...] (VOTING RIGHTS ACT, 1965)

Não somente em relação as conquistas de cunho civil e doméstico nos EUA, mas também o legado de Martin Luther King torna-se mundialmente conhecido, e as conquistas alcançadas refletem também na situação econômica na qual os negros e as populações desassistidas estavam submetidos. Para a classe média negra, foram anos de grandes conquistas:

A comunidade negra de classe média mostrou vários avanços na época devido às heranças do movimento por direitos civis dos anos 1960. Negros entraram nas profissões qualificadas em números mais expressivos e, devido à “ação afirmativa” e a seu próprio esforço individual, constituíram, nos anos 1990, 12% dos estudantes de ensino superior, um aumento significativo comparado aos 5% no fim dos anos 1970 [...] (KARNAL, p. 221, 2007)

Por último, pode-se colocar no grupo de realizações ocasionadas pelo legado do reverendo Martin Luther King o movimento pacífico ativista chamado *Black Lives Matter*⁴², que tem como objetivo principal protestar e organizar movimentos contra a violência policial em relação aos negros detidos ou custodiados pelas autoridades,

⁴² Em português, “Vidas negras importam”.

muitas vezes misteriosamente assassinados. A organização é fragmentada, sem cunhos políticos tradicionais e lideranças bem definidas.

CAPÍTULO 4- BARACK OBAMA E O “YES, WE CAN”

5.1- O PRIMEIRO PRESIDENTE NEGRO E A DEMOCRACIA MULTIRRACIAL

Desde seu nascimento, Barack Obama esteve extremamente circundado de diversidade e questões relacionadas ao que não é convencional. Filho de uma norte-americana e de um queniano economista, viu ser criado por sua mãe branca e solteira em Honolulu, no insular estado americano do Havaí. Neste mesmo lugar, seus pais casaram-se, já que o casamento entre pessoas de diferentes etnias era legal no Havaí, na fervorosa década de 1960, onde a discriminação racial era deliberadamente aceita e praticada nos Estados Unidos.

Obama é a definição mais emblemática do que se pode entender por ser americano. Ao contrário do que muitos possam imaginar, os Estados Unidos da América são uma nação amplamente formada por imigrantes, inclusive fundada por vários. As origens africanas de Obama mostram a veracidade e o pluralismo americano que muitos insistem em renegar.

Ao garantir sua nomeação à corrida presidencial pelo Partido Democrata em 2007, Obama desbancou a recém-derrotada candidata de seu partido Hillary Clinton, mostrando grandes níveis de popularidade e simpatia, especialmente pelas populações negras e humildes que viam na possibilidade da eleição de Obama uma nova esperança para essas fatias da sociedade, como costumava estar nos dizeres de um dos cartazes de sua campanha, *Hope*. Além da esperança baseada em questões de reconhecimento social, uma maneira de proteger as populações não abastadas com a crise que varreu o mundo em 2008, ano de sua primeira vitória nas eleições.

A eleição de Obama para seu primeiro termo a frente da Casa Branca foi substancialmente necessária haja visto o neoconservadorismo pregado pelo governo anterior de George Bush filho. Obama formou toda sua vida política em Chicago, estado de Illinois, como primeiramente um advogado para vizinhanças de baixa renda da cidade e também advogado de direitos civis. Cientista político pela Universidade de Colúmbia, e advogado pela Universidade de Harvard, Obama

seguiu os passos de suas maiores inspirações, Abraham Lincoln e Martin Luther King Jr. Há, inclusive, o busto de ambos no salão oval da Casa Branca.

Em seu discurso da vitória em 2008, Obama se refere diretamente a Abraham Lincoln como um unificador:

Those are values that we all share, and while the Democratic Party has won a great victory tonight, we do so with a measure of humility and determination to heal the divides that have held back our progress. As Lincoln said to a nation far more divided than ours: "We are not enemies, but friends... though passion may have strained it must not break our bonds of affection." (OBAMA, 2008, s/n)

No reconhecimento da vitória de Obama em 2008, o candidato republicano derrotado John McCain, um dos velhos caciques da política norte-americana, veterano da Guerra do Vietnã, afirma que a vitória de Barack Obama é “especial e um motivo de orgulho para eles”.

Barack Obama sempre pautou seus discursos de campanha em dois pilares principais: Esperança e mudança. Afinal, “Yes, We can”. Seu discurso e sua retórica sempre estiveram baseados no propósito da construção de uma América pós-racial, onde os negros teriam posição de reconhecimento mas também exerceriam uma convivência pacífica e de construção mútua com os brancos, por isso Obama inclinava-se fortemente ao discurso pregado pelo reverendo Martin Luther King da união, e não do separatismo. A única justificativa do nacionalismo étnico-separatista era apontar as fraquezas de determinados setores sociais, fossem eles brancos ou negros, e não dissecar o modo como os aspectos convergentes fortaleceriam a América.

When I meet people for the first time, they sometimes quote back to me a line in my speech at the 2004 Democratic National Convention that seemed to strike a chord: “There is not a black America and white America and Latino America and Asian America—there’s the United States of America.” For them, it seems to capture a vision of America finally freed from the past of Jim Crow and slavery, Japanese internment camps and Mexican braceros, workplace tensions and cultural conflict—an America that fulfills Dr. King’s promise that we be judged not by the color of our skin but by the content of our character. (OBAMA, 2006, p.138)

A ascensão de Obama nas urnas em 2008 mostrara não somente a sede das populações negras de serem ouvidas, como em outras épocas, mas sim a necessidade de um candidato que representasse a população de uma maneira

geral, que estabelecesse a importância do trabalho e do diálogo entre brancos e negros, que substancialmente não negasse a representatividade branca nos Estados Unidos da América, que a questão racial fosse tema de cunho social, não levando-a ao campo político que possivelmente poderia indispor a cooperação entre ambos. Uma das grandes preocupações e esforços de Obama era abrir caminhos para que os negros tivessem as mesmas oportunidades que os brancos, por mais óbvio que isso possa parecer. A luta antirracista seria inútil se esta tivesse por norte a tentativa de desmoralizar as parcelas brancas. Ou seja, exaltar o negro sem desmerecer o branco.

Mas o que era a traição exatamente? Desde a primeira vez que peguei a biografia de Malcolm X para ler, tentei desembaraçar as duas correntes gêmeas do nacionalismo negro, argumentando que a mensagem de afirmação do nacionalismo – da solidariedade e confiança mútua, disciplina e responsabilidade comunitária – não precisava depender do ódio aos brancos mais do que depender da generosidade branca. Podíamos dizer a este país onde ele estava errado – eu o diria a mim mesmo e a qualquer amigo branco que ouvisse – sem deixar de acreditar em sua capacidade de mudança. (OBAMA, 2004, p.215)

Dessa forma, é possível observar que o êxito obtido por Barack Obama nas eleições de 2008 não teve como alvo somente a retórica apelativa em relação a histórica rivalidade e dualismo entre os brancos e o negros. Obama, ao promover o discurso de mudança, meticulosamente angariou também as populações brancas, fossem elas de classe baixa ou classe média, mas que não se viam incluídas de nenhuma maneira no governo republicano de George W. Bush. Tanto é verdade, que nas eleições presidenciais de 2008, Obama arrematou a maioria de votos entre a classe média branca com renda média de US\$ 100 mil dólares anuais, redutos eleitorais historicamente republicanos, além, claramente, da grande maioria dos votos onde a população era negra e redutos democratas.

Ademais, a política econômica proposta por Obama, e mais do que isso, conectada ao sentimento de liderança da América e de sua produtividade inequívoca fez surgir grande movimentação em relação a capacidade de setores como os negros ocuparem cargos de destaque, ou então ascender a classe média. Em grande parte de seus discursos, a retórica progressista de Obama fomentava um sentimento de que o negro e as parcelas mais oprimidas poderiam efetivamente alcançar posições que nunca antes haviam sido almejadas, numa espécie de

resposta ao que se convencionava pregar em relação à questão da meritocracia norte-americana, por meio do trabalho árduo e da herança protestante calvinista capitalista. A grande diferença estava assentada nas percepções do recém-eleito presidente de que isso só seria viabilizado se medidas de cunho sócio-econômico fossem adotadas e não meramente “ensinar a pescar⁴³”, pois isso os negros sabiam como poucos, só lhes faltava o espaço que antes era apenas destinado aos monopólios nos Estados Unidos.

Por muitas vezes, rotulava-se a campanha presidencial de Barack Obama como exclusivamente de cunho racial, o que ele fazia questão de negar. Sua campanha e suas propostas tratavam-se justamente da coalizão entre os mais diversificados setores da sociedade norte-americana a fim de promover ações que reafirmassem a identidade heterogênea de seu país, através de políticas pluralistas que não buscassem segregar brancos e negros, ricos e pobres, mas estimular, em cada um deles, a identidade americana.

Throughout the first year of this campaign, against all predictions to the contrary, we saw how hungry the American people were for this message of unity. Despite the temptation to view my candidacy through a purely racial lens, we won commanding victories in states with some of the whitest populations in the country. In South Carolina, where the Confederate Flag still flies, we built a powerful coalition of African Americans and white Americans. (OBAMA, 2008, p.02)

Obama via que seu governo não somente poderia ser construído sobre questões sociais, mas também deveria basear-se na produção de uma estrutura que possibilitasse o encurtamento das desigualdades em seu país. Obama não faria um governo socialista, é verdade, a conjuntura existente nos Estados Unidos não teria bases para tal. Entretanto, Obama proporcionaria um arranjo sócio-econômico que de uma maneira ou de outra causaria a aproximação entre os ricos e os pobres. Obama não acreditava, contudo, em políticas que favorecessem os mais poderosos em detrimento dos americanos “comuns”, denotando, dessa maneira, sua tendência ao não uso de limítrofes que separassem ainda mais, mas a busca pelas

⁴³ Aos adeptos da corrente meritocrática, tal expressão denota que é mais construtivo estabelecer condições adequadas a prover o que necessário para os necessitados. Nesta visão, desconsidera-se fatores sócio-econômicos e condições conflituosas, denotando que as políticas assistencialistas são falhas dos agentes econômicos estatais, partindo do pressuposto que todos são dotados das mesmas condições “para aprender a pescar”.

imperfeições oriundas de políticas antecessoras e condições inertes para o estabelecimento das mesmas oportunidades, para quem quer que fosse.

5.2 O POSICIONAMENTO DE OBAMA NOS TEMAS SOCIAIS

Como dito anteriormente, Obama sempre teve uma preocupação em galgar espaços para as parcelas que eram “invisíveis” nos Estados Unidos. Não apenas tratando-se da questão econômica, mas o atual presidente sempre viu nas minorias um aspecto de fortalecimento social e união que pudesse resgatar o sentimento de orgulho em pertencer a uma nação que sempre esteve a frente. Desse modo, Obama, sempre deu atenção especial as minorias e aos temas sociais, uma porque era consciente de que os Estados Unidos, após reprovação recorde do governo anterior precisa unir-se, outra porque sempre teve como um dos rumos de seu governo tentar passar a imagem de uma América para todos.

Primeiramente, quando assumiu em 2008, os Estados Unidos estavam mergulhados na maior crise econômica de sua história, muitos dizem maior até, inclusive, que a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Obama, no início de seu governo, chegou a enfrentar uma taxa de desemprego acima de 6% com o agravamento da crise e medidas inefetivas do governo Bush, como o socorro as instituições que forneciam crédito imobiliário. Ao longo de seu governo, houve significativa diminuição no desemprego, criação de novos postos de trabalhos e um tratamento diferencial para empresas que também os criassem, especialmente empresas inovadoras, as chamadas *Startups* e qualquer empresa de pequeno porte, estimulando, assim, o microempreendedor que possuía seu negócio local.

Zero capital gains rate for investment in small businesses. Barack Obama believes that we need to encourage investment in small businesses to help create jobs and turn our economy around. That's why Obama will eliminate all capital gains taxes on investments made in small and start-up businesses. Unlike John McCain, who wants to give \$200 billion in new tax cuts to America's largest and most profitable businesses, Barack Obama wants to cut taxes for the small businesses that create jobs but struggling with restricted access to credit alongside skyrocketing health care and energy costs. (OBAMA e BIDEN, 2008, p.02)

Esse conjunto de planos econômicos para a classe média ia muito além de uma oportunidade de ascensão econômica e tentativa de recuperação da economia,

mas sim a tentativa de recuperação do Sonho Americano do trabalhador da classe média americana, isto é, o trabalho e o esforço seriam recompensados com a riqueza e o sucesso, o mito da meritocracia. Os avanços que o governo Obama são inegáveis, mas é de se ponderar que a desigualdade nos Estados Unidos vem crescendo a ritmos acelerados, onde apenas 400 pessoas detém cerca de US\$ 2,3, a mesma riqueza de aproximadamente 39 milhões de famílias americanas. Ainda, se descontada a inflação do período, a renda média de um americano pode ser equiparada à renda da década de 70. A boa notícia é que a diferença de renda entre homens e mulheres no país tem diminuído (Exame, 2016).

Em relação a imigração, Obama sempre defendeu a ideia de que “todos pertencemos a uma mesma tribo, a tribo da raça humana”. Sendo assim, Obama sempre teve como uma de suas principais políticas o apelo a imigração. Parte desta sua retórica ganha considerável força levando em consideração duas premissas principais: primeiro, Obama é filho de uma americana com um queniano, então os imigrantes veem em Obama alguém em quem confiar, alguém que representa o movimento. Em segundo lugar, a parcela de imigrantes vivendo, trabalhando e sendo participantes ativos da economia e na sociedade americana corresponde a aproximadamente 15% de toda a população, em números isso trata-se de 45 milhões de estrangeiros vivendo nos EUA. Dentre essa população total de imigrantes, cerca de 10 milhões vivem ilegalmente no país. O problema dessa ilegalidade é que, vivendo a margem da sociedade, sem poder pagar impostos, ter um vínculo empregatício pleno, o imigrante ilegal, em termos gerais, é marginalizado, não tem seus direitos sociais assegurados em território americano, não contribuem com o PIB e em geral não geram riqueza para o país.

Observando todas as condições nas quais as parcelas de imigrantes ilegais nos Estados Unidos estavam inseridas, o presidente Obama desenvolveu uma proposta executiva que protegeria grandes fatias dos imigrantes ilegais que vivem sob a ameaça da deportação cotidianamente. Ao haver rejeição por parte do congresso americano, dominado por republicanos⁴⁴ e grande parte deles de sua ala ultraconservadora, Obama tentou adotar uma medida executiva possibilitando o andamento do projeto e sendo remetido à Suprema Corte, mas sem sucesso. A

⁴⁴ O Congresso dos Estados Unidos, hoje, tem maioria do Partido Republicano. No senado, por exemplo, são 54 senadores republicanos contra 44 senadores democratas, além de 2 senadores por partidos independentes, menores.

proposta foi reprovada por alegações de quem feririam a constituição americana e pelos riscos da legalização em massa de imigrantes irregulares. O que Obama talvez tivesse compreendido e o congresso e a Suprema Corte não, são os benefícios, especialmente econômicos, da regularização da situação dessas pessoas.

Immigrants also strengthen both the labor force and the U.S. consumer base—making important contributions to economic growth. In 2013, there were over 40 million foreign-born people in the United States, representing 13 percent of the population. Immigrants play an integral role in the American economy: despite making up only 13 percent of the U.S. population, immigrants started 28 percent of new U.S. businesses in 2011. In 2005, over half of new tech startups in Silicon Valley had at least one immigrant founder. (MODERNIZING AND STREAMLINING OUR LEGAL IMMIGRATION SYSTEM FOR THE 21st CENTURY, 2015, p. 8-9)

Em relação a outros temas ainda mais polêmicos, como aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo, o presidente Barack Obama reafirma suas posições favoráveis a ambas as práticas.

Ao que tange o aborto, o presidente Barack Obama, acima de qualquer outra prerrogativa, afirma o direito de escolha da mulher em detrimento da coerção de que possíveis medidas de cunho conservador do estado poderiam ocasionar no direito de decisão da mulher.

O plano de fundo histórico para essa política de proteção dos direitos da mulher data da década de 1970, precisamente 1973, no famoso caso chamado de “Roe v. Wade”. Uma mulher, Jane Roe, habitante do estado do Texas levou sua contestação ao Tribunal do Condado de Dallas, dizendo que não poderia ter um filho que seria fruto de um estupro. O representante do tribunal do condado, Henry Wade, era, conseqüentemente, representante do estado do Texas, contrário a prática do aborto. Após inúmeras reviravoltas do caso, este foi levado a sua última instância, na Suprema Corte dos Estados Unidos.

Em suma, a Suprema Corte decidiu favorável a Roe, configurando-se uma decisão histórica. Segundo os autos do litígio, a decisão favorável ao aborto ocorreu pois a maioria das leis estaduais contra a prática feriam o princípio previsto na Constituição dos Estados Unidos da privacidade. Isso abriu um grande precedente à não criminalização do aborto a nível federal e estadual.

Our cases long have recognized that the Constitution embodies a promise that a certain private sphere of individual liberty will be kept largely beyond the reach of government. That promise extends to women as well as to men. Few decisions are more personal and intimate, more properly private, or more basic to individual dignity and autonomy, than a woman's decision—with the guidance of her physician and within the limits specified in Roe—whether to end her pregnancy. A woman's right to make that choice freely is fundamental. Any other result, in our view, would protect inadequately a central part of the sphere of liberty that our law guarantees equally to all. (WAGNER, 2001, p.14)

Dessa forma, Obama defende que as mãos do estado não se sobreponham à vontade individual da mulher e a primazia por seu direito inalienável de escolha e liberdade. Há, ainda, nos Estados Unidos uma organização não-governamental (ONG) sem fins lucrativos que presta todo assistencialismo à mulheres e famílias que desejam realizar um planejamento familiar, chamada *Planned Parenthood*. Com o avanço do ultraconservadorismo no congresso americano, esta ONG, bem como toda a política assistencialista e contraceptiva, está ameaçada.

As tramitações aprovadas e ainda recorrentes no congresso miram para dois aspectos principais em relação a questão do aborto: acabar com o fundo de contribuição no *Obamacare* para a saúde da mulher e os métodos contraceptivos, além de aprovar uma lei que impeça o aborto após vinte semanas de gravidez. Obama diz que o governo não pode, sob qualquer hipótese, interferir neste direito da mulher, o que viola um dos preceitos básicos da América, o intromissão do governo na vida particular dos cidadãos americanos.

Por fim, o programa *Planned Parenthood* é principalmente destinado a mulheres com renda baixa, que em tempos passados procuravam clínicas clandestinas de aborto em péssimas condições que só ofereciam risco à saúde da mulher. Com a adoção dessas medidas e o surgimento dessa ONG, hoje, nos Estados Unidos, o aborto é legalizado nos 50 estados da federação e existem clínicas legais e especializadas que oferecem toda a estrutura adequada e segura, além do acompanhamento regular que ampara as mulheres que fazem o planejamento familiar.

We've come a long way since Margaret Sanger was jailed in 1916 for opening America's very first birth control clinic. Today, 99 percent of sexually active American women at some point in their lives use birth control — and, thanks to Planned Parenthood and the Affordable Care Act, more than 48 million women are now eligible to receive it with no copay. Until 1973, young healthy American women were dying because of illegal and unsafe abortions. Today, abortion is one

of the safest medical procedures in this country. (PLANNED PARENTHOOD, 2014)

Ao que tange o casamento entre pessoas do mesmo sexo, até 2015 esta prática era regulamentada apenas a nível estadual, isto é, cabia a cada estado americano decidir se legalizaria ou não o casamento gay. Após uma histórica decisão da Suprema Corte dos Estados, o casamento entre pessoas do mesmo sexo torna-se impreterivelmente legalizado entre todo o território americano.

A decisão ocorre após, dois anos antes, a Suprema Corte anular parte de uma lei federal que não reconhecia a união homoafetiva nos termos da lei no país. Como dito, por tratar-se antigamente de uma decisão que dizia respeito a legislações estaduais e não de cunho federal, 13 estados americanos ainda não permitiam a união, entre eles Ohio, Tennessee, Kentucky, nos quais a instituição do casamento era apenas restrita a união entre heterossexuais.

Como nos Estados Unidos é utilizado o sistema jurídico do Direito Germânico, o *Common Law*, que prevê que precedentes ocorridos anteriormente devem ser levados em consideração para novas decisões, diferentemente de países como o Brasil, por exemplo, que adotam o Direito Romano, o *Civil Law*, onde a lei é pautada em regimentos escritos e interpretada. Houveram dois casos na corte americana que abriram tais precedentes para a legalização e o reconhecimento do casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

O primeiro deles foi o caso “Estados Unidos vs Windsor”. Edith Windsor e Thea Spyer eram duas mulheres que viviam juntas em Nova York. Após a morte de Spyer em 2009, Windsor iniciou os procedimentos legais para a obtenção da herança da parceira e a isenção de impostos. Como o pedido foi negado, já que não lhes foram concedidas as condições de um casal pelo matrimônio, a sobrevivente entrou na justiça requerendo o reconhecimento para viabilizar o processo. Assentados sobre o princípio da Constituição Americana que garante indiscriminadamente o direito a liberdade, Edith Windsor vence o caso e avança com os direitos sobre os bens da parceira de uma vida toda.

The Fourteenth Amendment's Due Process Clause has a substantive component which “provides heightened protection against government interference with certain fundamental rights and liberty interests.”¹⁰ Although the Constitution does not specifically mention a fundamental right to privacy, courts recognize this right to encompass interpersonal relations.¹¹ For example, in *Lawrence v. Texas*,¹² the

Court considered a constitutional challenge to a Texas statute that made it a crime for individuals to engage in homosexual sodomy. The Court held that the Fourteenth Amendment's due process privacy protections encompass private, consensual gay sex. (SMITH, 2014, p. 05)

Outro caso com semelhante jurisprudência, que abriu caminho para a decisão da Suprema Corte foi "Obergefell vs Hodges". O casal James Obergefell e John Arthur vivia no estado de Ohio, onde o casamento gay era considerado ilegal. Após sucessivas lutas de Obergefell contra o estado de Ohio (representado por Hodges) para fazer prevalecer o direito individual, a decisão da Suprema Corte foi favorável a Obergefell, reconhecendo, assim, o casamento entre pessoas do mesmo sexo nos 50 estados do território norte-americano. A decisão foi póstuma a morte de Arthur, mas possibilitou a legalização de milhões de outros casais homossexuais nos Estados Unidos, e com eles todos os direitos assegurados de um cidadão americano.

The Supreme Court resolved a circuit split on the constitutionality of state same-sex marriage bans, finding them unconstitutional in Obergefell v. Hodges. In doing so, the Court relied on the Constitution's due process and equal protection principles to hold that states must issue marriage licenses to same-sex couples and recognize same-sex marriages that were legally formed in other states. (PERRY, 2015, p.04)

A decisão foi favorável à legalização na Suprema Corte por 5 votos a favor a 4 votos contra. Deve-se atentar ao fato que a deliberação não se trata de uma nova lei federal, mas sim de uma abertura à lei já existente, apenas adicionando a prerrogativa da inclusão do casamento entre pessoas do mesmo sexo, quando antes a instituição do matrimônio era desqualificada a essa parcela da população.

Acompanhando a decisão desde o início, o presidente Obama sempre mostrou-se favorável ao casamento entre homossexuais, e, após sua aprovação na Suprema Corte, ele se posicionou plenamente satisfeito, apontando para o fato de que o respaldo à união se assentaria sobre, mais uma vez, princípios constitucionais e que a liberalização era mais um passo adiante para a união da América: *Love wins*.

Outro ponto que gera grande discussão a respeito dos temas sociais nos Estados Unidos trata-se da política de armas que está em vigor no país desde o século XVIII, época em que a nação ainda estava sendo delineada por seus

fundadores. A política e a possibilidade do porte de armas por civis veio num contexto em que se respirava guerra, devido ao processo violento de independência do império britânico. A legalidade pelo porte de armas veio através da 2ª Emenda à Constituição, numa série de 10 emendas para garantir aos cidadãos da recém-formada América direitos básicos e fundamentais.

A questão armamentista para cidadãos comuns nos Estados Unidos causa inúmeros impasses, principalmente, pelo princípio básico americano desde sua fundação da liberdade individual de cada americano e a não-interferência do estado em relação à suas escolhas.

Hoje há cerca de 300 milhões de armas de fogo nas mãos de pessoas comuns, e recorrentes debates entre grupos favoráveis ao desarmamento e maiores restrições e setores pró-armamento dividem a população americana. É inegável, contudo, que a maioria dos cidadãos americanos ainda acredita que o porte de armas traga benefícios e proteção à ele e sua família. Tratando-se de uma lei federal, uma emenda a constituição, os 50 estados americanos não podem simplesmente alterar suas legislações locais para aumentar a dificuldade, apenas algumas restrições.

Basicamente, as restrições que podem ocorrer para obtenção de armas de fogo nos Estados Unidos estão relacionadas à verificação de antecedentes criminais do requerente. Teoricamente, estariam restritos a compra de armas livremente indivíduos com antecedentes criminais, como violência doméstica, histórico de agressividade, transtornos psicológicos e emocionais, imigrantes ilegais, menores de 21 anos, usuários de drogas ou álcool, entre outros.

Anualmente, cerca de 10.000 pessoas morrem em decorrência de armas de fogo, um índice mais elevado se comparado a qualquer outro país considerado desenvolvido. Mais do que os argumentos favoráveis ao armamento, principalmente pautados na autodefesa do cidadão comum. A fragilidade do controle diz respeito a efetividade dessas triagens, que varia consideravelmente de estado para estado. Em alguns estados, como o Alabama, por exemplo, basta o indivíduo preencher um formulário e levar a arma para casa. Em outros estados, como Nova York, por exemplo, há um maior controle, mas ainda continua insuficiente. Desenvolvida pelo governo federal e em vigor desde 1994, a lei *Brady* tentou impulsionar a regulamentação da venda de armamentos nos Estados Unidos. A grande deficiência dessa medida é que ela se aplica somente aos estados que não possuíam qualquer

controle para a compra de armas nos Estados Unidos, isto é, 30 estados. Nos outros 20 estados, que já possuíam algum controle, ela não é aplicável.

A widely cited study evaluated the impact of the Brady Law and concluded that the law did not affect homicide and suicide rates. The ability of the Brady Law to reduce homicides and suicides is certainly diminished by the giant loophole for private firearm sales that criminals and traffickers exploit. We believe that the Brady Law should be viewed as a necessary foundation for federal gun control laws, but that it is insufficient for achieving the goal of preventing prohibited persons from accessing firearms. (WEBSTER et al., 2012, p.06)

Esse é, justamente, um dos argumentos que mais sustentam a ideologia dos apoiadores do livre comércio para os cidadãos comuns, de que o controle de armas não freia assassinatos nem suicídios. Em estados que fazem maiores restrições à compras de armas, por exemplo, como Califórnia, Nova York e Illinois, apresentam elevadas taxas de violência e crimes hediondos, portanto, um controle mais rigoroso não seria necessariamente um sinal de êxito. Os setores pró-armamento ainda afirmam que muitos dos homicídios nos estados com maior controle foram causados por pessoas que passaram com sucesso pela checagem, sendo esta, portanto, ineficaz.

Outro aspecto que torna a luta por um maior controle na compra e venda de armas de fogo nos Estados Unidos trata-se da questão cultural: além da enraizada permissão proposta pela Segunda Emenda, o cidadão americano acredita piamente que qualquer proposta de um maior controle e rigorosidade na obtenção das armas se configuraria como um atentado e propulsionaria a interferência do estado na vida privada do americano e suas decisões autônomas, o que seria um atentado ao que um americano tradicional crê. Além desta, outras premissas contribuem, como a romantização pelos *cowboys* no fenômeno da expansão à oeste no território americano, que estavam sempre armados, com seus rifles à cintura, e também a cultura da caça, extremamente forte na cultura do americano tradicional e também dos que vivem em áreas rurais.

Entretanto, a maior barreira para a promoção de uma lei que restrinja o acesso à armas nos Estados Unidos trata-se de fatores político-econômicos. A NRA (*National Rifle Association*), é uma das organizações mais influentes dos Estados Unidos. Tradicionalmente, é dito que toda a indústria bélica do país sofre influência

das decisões adotadas pela NRA. Ferrenhos defensores do acesso à armas de fogo por cidadãos americanos, a associação viabilizou um *lobby*⁴⁵ junto ao congresso americano impedindo que qualquer medida ou lei seja aprovada para a regulação da distribuição de armas de fogo. Essa articulação principalmente é estabelecida por dois pontos principais: a maioria do congresso é republicana, conseqüentemente mais conservadores que a parcela democrata, além de alguns ultraconservadores do *Tea Party* que conseguiram se eleger.

Numa interpretação republicana, a Constituição Americana é lida de forma literal, portanto o direito a armas e a proteção trata-se de uma liberdade individual inalienável prevista pela carta máxima do país. Paralelamente, a influência da NRA é considerada suficiente para manter afastadas propostas que visem diminuir a veiculação de armas no país, as quais geram lucros anuais na casa dos 100 bilhões de dólares.

Today, the NRA continues to exert considerable influence on the legislative process. In 2000, *Fortune* magazine ranked the NRA first on its list of the twenty-five most powerful lobby groups, ahead of the American Association of Retired Persons (AARP), the Association of Trial Lawyers of America (ATLA), and the ALF-CIO. The NRA, one of the nation's largest membership organizations, boasts a current membership of 4.3 million members, received over \$55 million in contributions in 2002, and spent \$16.8 million in the 2000 election. By contrast, its counterpart the Brady Campaign to Prevent Gun Violence (formerly Handgun Control, Inc.), reports a current membership of 500,000, received \$6.3 million in 2002, and spent \$1.7 million in the 2000 election. (LYTTON, s/d, p. 156)

Sendo assim, a questão do controle da distribuição de armas nos Estados Unidos permanece uma das barreiras mais intransponíveis da cultura, história e política americana. O presidente Obama usa de seu poder executivo para instaurar decretos que na maioria das vezes possuem mais simbolismo do que efetividade, pois tudo passa pelas mãos do Congresso, contrário à regulação e diretamente influenciado pela NRA. Recorrentes tiroteios e assassinatos em massa ocorrem em escolas, cinemas, parques, e cada vez mais emerge a questão: Qual seria o limite entre a proteção e autodefesa e o perigo eminente de armas de fogo, inclusive armas poderosas de uso do exército nas mãos de indivíduos não hábeis para utilizá-

⁴⁵ Estrangeirismo, refere-se à interesses e arranjos políticos que interfiram em políticas públicas.

las, podendo adquirí-las desde pequenas lojas no interior até grandes redes como *Walmart*?

Um dos temas sociais desses oito anos que mais foram veiculados pela mídia e tiveram esforços dobrados trata-se do *Affordable Care Act*, ou simplesmente *Obamacare*, a reforma no sistema de saúde norte-americano.

Essa mudança no sistema de saúde nos Estados Unidos proposta pelo presidente busca tornar mais igualitário o acesso à saúde no país pois não há um sistema de saúde público tal como conhecemos no Brasil, geralmente só tem acesso à saúde quem tem dinheiro para contratar os seguros ou quem tem seu seguro privado garantido a partir de seus empregadores.

Basicamente, o *Obamacare*, que foi aprovado em 2010, mas só entrou em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2014 estipula que todos os cidadãos americanos que não tenham um seguro de saúde devam adotar um. O governo ajudaria com subsídios, pois os planos não são baratos.

Essa medida busca atingir, principalmente cerca de 15% da população americana que não dispõe de qualquer segurança quando se trata de saúde, especialmente a classe média, já que os mais pobres e os idosos já se utilizam de subsídios de saúde fornecidos pelo governo através das medidas *Medicaid* e *Medicare*, respectivamente.

Os simpatizantes da reforma enumeram inúmeras medidas, entre elas o fato de que as pessoas terão maior autonomia para escolher um plano que melhor lhe convenham, haverá diminuição da discriminação, pois, atualmente, planos para mulheres costumam ser mais caros, pessoas com doenças prévias ao seguro poderão se tratar, o que não ocorria antes da reforma, jovens de até 26 anos poderão ser dependentes dos pais, diminuindo os custos das seguradoras. Além disso, estados que adotarem o novo sistema de saúde terão vantagens também, como subsídios e criação de novos empregos em hospitais e repartições de saúde. No âmbito corporativo, empresas com mais de 50 funcionários terão obrigatoriamente que arcar com o seguro de saúde para eles, em troca receberão descontos em impostos e ajudas do governo. Por fim, a adição de mais pessoas jovens e saudáveis diminuiria as despesas e aumentaria o lucro das seguradoras. Números mostram, inclusive, um benefício geral da população, entre jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais:

Obamacare began eliminating the donut hole in 2011 and will completely end the gap in coverage by 2020. Already, seniors and people with disabilities have saved \$4.1 billion (an average of \$768 for every person who enters the donut hole) because of this change – and seniors are expected to save between \$3,000 and \$16,000 in drug costs through 2021 depending on the number of prescriptions they take. In Illinois, over 52,000 seniors and people with disabilities have already saved more than \$32 million this year, an average of \$614 per person. (SCHAKOWSKY, 2012, p.07)

Entretanto, para os opositores da reforma do sistema de saúde proposto por Obama, considerada a maior bandeira de seu primeiro mandato na Casa Branca, a medida traria várias contradições na sociedade americana. Majoritadamente, os contrários ao *Obamacare*, republicanos, essa mudança fere vários princípios tradicionais, como a liberdade individual de cada pessoa perante o estado, ao impor condições e custos arbitrários dada a obrigatoriedade do programa. Ademais, argumentam que irá trazer muitos custos ao estado, diminuir salários e dificultar o relacionamento entre empregados e empregadores.

The employer mandate will change the nature of the employer–employee relationship, as employers will want detailed household information, such as family size and income for each family member, from each of their employees. The economic effects of the employer mandate will likely be lower profits for many businesses, lower wages for millions of workers, increased unemployment, and higher prices for many goods and services. (THE CASE AGAINST OBAMACARE, 2010, p.20)

Indubitavelmente, a reforma do sistema de saúde americano causa muitas controvérsias, especialmente quando trata-se da polarização política entre democratas defensores do *Obamacare* e os contrários à lei, em grande maioria republicanos. Contudo, apesar de inúmeros apontamentos favoráveis ou desfavoráveis, o sistema de saúde viabilizado por Barack Obama causa uma revolução no unilateral e excludente antigo sistema norte-americano.

5.3 – O FUTURO DOS ESTADOS UNIDOS E DA IGUALDADE COM A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP À PRESIDÊNCIA

Os Estados Unidos nunca tiveram um processo eleitoral tão polarizado como as eleições presidenciais de 2016. De um lado, a impopularidade da democrata Hillary Clinton, vista com desconfiança e algumas manchas em sua carreira política,

como o escândalo do uso de contas pessoais de e-mail para tratar de assuntos do governo norte-americano, a simpatia pelos banqueiros e o apoio às invasões do Afeganistão e Iraque durante o governo Bush, quando era senadora pelo estado de Nova York.

Do outro lado, o republicano falastrão Donald Trump, com altos índices de impopularidade assim como sua adversária, declarações polêmicas sobre questões cruciais e das minorias e adoção de um populismo agressivo durante sua campanha. Durante toda a corrida eleitoral, inúmeras polêmicas surgiram envolvendo o candidato republicano como várias denúncias de assédio e sonegação de impostos de suas empresas que se aproximam da casa de um bilhão de dólares.

A ascensão e a vitória de Donald Trump se deu por assemelhar-se ao discurso ultradireitista empregado atualmente na Europa, articulando pontos do populismo xenóforo, retórica que agrada a maioria populacional, especialmente tratando-se dos “americanos tradicionais” , aqueles de classe média, brancos, cristãos, sem curso superior e que moram no interior, a questão isolacionista, que, aos olhos e ouvidos da população nacionalista priorizaria a indústria interna e traria uma menor carga ao mercado interno, sempre apelando ao fato de iminente perda de empregos para os setores da classe média, e a diminuição de impostos para as empresas nacionais com o abrandamento das políticas sociais e progressistas.

Primeiramente, é imprescindível considerar as mudanças que possam vir a ocorrer caso Trump mantenha seu discurso agressivo no campo da política externa. Haveria um antagonismo gritante em relação ao que se é conduzido nas relações internacionais americanas pelo atual presidente Barack Obama.

To be sure, Trump continued to hammer away at China for its trade practices, America's allies for not doing enough on defense, and President Obama and Hillary Clinton, his former Secretary of State (who is likely to be the Democrat's presidential candidate), for fecklessness on foreign policy. These positions will not hurt Trump in the fall campaign — assuming he secures the Republican nomination. Indeed, they will help him reach out to many Americans who have lost confidence in Washington and think the country is on the wrong track internationally as well as domestically. (TRUBOWITZ, c2015)

Nas relações econômicas, Trump pretende aumentar drasticamente as taxas de importação para produtos mexicanos. Considerando o fato de que cerca de 80%

das exportações mexicanas são destinadas aos Estados Unidos, isto, caso se concretizasse, seria uma perda de grandes proporções aos vizinhos americanos.

Ainda nessa linha comercial isolacionista, Trump também faria uma agressiva revisão às políticas comerciais em relação à China. Nesse caso, os Estados Unidos aumentariam aproximadamente em nada menos do que 45% as tarifas de importação para produtos e serviços oriundos do país oriental. Essa medida não só refletiria a vontade de Donald Trump na priorização da economia interna, reconquista de empregos e ascensão para a classe média branca que nele votou acreditando em sua retórica da supremacia americana e o retorno do ápice do *American Dream* dos anos 50, mas também por acreditar que, dadas tais medidas para diminuição do fenômeno da economia chinesa, conseguiria diminuir a influência geopolítica que os chineses vem exercendo na Ásia.

Pode-se definir a retórica ideológica de Donald Trump na política internacional como um realismo isolacionista, por algumas características principais: em relação à questão industrial e econômica, ele acredita num fortalecimento interno da indústria, com diminuição de impostos e encargos para empresas tipicamente nacionais, estimulando seu crescimento e a criação de empregos, uma de suas maiores vantagens na decisão presidencial, o apelo da população branca de classe média que ainda sentia os efeitos da crise imobiliária de 2008. A diminuição de impostos para empresas americanas é uma premissa da ideologia direitista, e normalmente vem acompanhada de isenções que são descontadas em programas sociais.

Ao que tange a preocupação do governo Obama (2009-2016) com os rumos que o planeta tomaria em relação ao clima e a agressão à natureza, Trump, ao fazer declarações a respeito do tema, acredita que o aquecimento global é inexistente e exclusivamente pautado em questão de estratégia econômica, desacreditando acordo do clima em Paris.

Trump has a history of engaging in conspiracy theories, and in that vein he has described climate change as a “hoax,” “mythical,” “nonexistent” a “con job,” and “bullshit.” He even said that “The concept of global warming was created by and for the Chinese in order to make U.S. manufacturing non-competitive.” (ON THE CLIMATE CRISIS IT’S DONALD TRUMP VS. THE WORLD, 2016, p.01)

Essa descrença de Trump em relação às mudanças climáticas abre um novo precedente que se torna preponderante em suas diretrizes de política externa: a

descrença nas instituições internacionais, até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Trump, as instituições internacionais multilaterais apenas limitariam o poder e a influência que os Estados Unidos poderiam voltar a ter perante o resto do mundo. O presidente-eleito pretender rever uma série de acordos multilaterais os quais os Estados Unidos fazem parte e retirar seu país de muitos deles, como o próprio acordo do clima de Paris.

Na área militar, uma das especialidades dos Estados Unidos nas últimas décadas tem sido o aumento considerável dos gastos com armamentos, exército e todos os componentes de uma guerra. Nos últimos anos, a gestão do presidente Obama conseguiu alguns avanços de pontos que vinham se arrastando a anos na política externa norte-americana, como o plano de fechamento da prisão de Guantánamo em Cuba, que coleciona polêmicas da época da “Guerra ao Terror” de Bush, a retirada de mais de 100 mil soldados das tropas do Iraque e Afeganistão, dando recomeço ao processo de paz no Oriente Médio e seus esforços para a diminuição de arsenais nucleares que lhe renderam o Prêmio Nobel da Paz em 2009.

Obama suggested that, to re-engage friends and foes in order to advance common interests on bilateral issues, soft power should be used as leverage to obtain yet more leverage to promote democracy and the respect of human rights. In the meanwhile, democracy promotion has become associated with ‘dignity promotion’, a more neutral and vague concept in order to move away even further from Bush's legacy. (BADELLA, 2015, p.10)

A reaproximação com Cuba, após mais de 50 anos de distanciamento e ruptura total das relações diplomáticas marca um momento histórico para ambos os países. Após uma medida executiva proporcionada pelo presidente Obama, os dois países voltaram a reestabelecer relações bilaterais. Em visita ao país no primeiro semestre desse ano, o presidente Barack Obama, e o presidente cubano Raúl Castro proporcionaram um aperto de mãos emblemático, haja visto as divergências entre as duas nações. Acima de tudo, esse reestabelecimento marca a quebra de um dos últimos resquícios da época da Guerra Fria, e a ida de Obama a Cuba é a primeira de um presidente americano em quase 90 anos. Entretanto, o embargo econômico ainda permanece pois, para seu fim, depende do congresso americano, de maioria republicana e, portanto, contrários à aproximação com a ilha comunista.

Desde sua implantação, o embargo econômico já causa um prejuízo superior a 100 milhões de dólares. Com Trump à frente do comando dos Estados Unidos, um novo retrocesso deve ocorrer, pois o empresário não mostra sinais favoráveis à globalização e à integração.

Ainda na política externa, Donald Trump pretende rever o acordo nuclear que os Estados Unidos fizeram com o Irã sobre a regulação atômica, visando não tornar o país uma área de influência no Oriente Médio, reorganizar a questão da contribuição dos países aliados no tratado da OTAN, a aliança militar do ocidente, dizendo, por vezes, que os países “sugam” os norte-americanos. Em relação à Rússia, diferentemente de uma postura histórica adotada pelo Partido Republicano de oposição, Trump pretende adotar uma postura de conciliação, obtendo, assim, grande apoio dos russos nas eleições americanas. Ainda nessa linha, não tem intenções de apoiar rebeldes na Síria e prega agressividade perante o Estado Islâmico.

Contudo, pode-se inferir que as propostas mais contundentes do futuro governo de Donald Trump, como sempre fez questão de destacar, tratam-se dos rumos domésticos dos Estados Unidos.

Primeiramente, em relação à incessante tentativa do atual presidente Obama em estabelecer um controle efetivo de armas de fogo nas mãos da população, Trump reforça que a liberação de armas de fogo para a população, assentado sobre a II Emenda torna-se um dos principais direitos dos americanos, pois somente através da autodefesa “o cidadão americano poderá garantir que os outros direitos americanos permaneçam intactos”.

Consequentemente, Donald Trump aposta numa retórica regular do conservadorismo republicano, apesar da dissidência e ceticismo da alta cúpula de seu partido no início de sua campanha.

No geral, as propostas domésticas de Donald Trump visam novamente estabelecer a estrutura conservadora moralista tradicional da conjuntura política americana da qual faz parte, com propostas de exclusão e prejuízo das minorias, como gays, negros, muçulmanos, latinos, etc. Em suma, as propostas de Trump buscam, internamente, estabelecer o retorno do antigo *Status Quo* da sociedade americana. Em relação ao casamento gay, Trump diz que a possibilidade da união legal entre pessoas do mesmo sexo nega a possibilidade de uma “sociedade livre” e que lutará para haver a revogação da medida perante a Suprema Corte dos EUA.

Inclusive, uma das grandes derrotas de Obama neste seu segundo mandato é não ter conseguido eleger um juiz liberal para recompor a cadeira que ficara vaga após a morte do juiz Antonin Scalia, famoso por ser ultraconservador. A partir de 20 de Janeiro, Trump deverá eleger um novo juiz ultraconservador de maneira mais rápida, devido à maioria republicana no congresso.

Trump mantém a mesma linha ideológica em outras questões como o aborto e a legalização das drogas. Contudo, como estas questões estão submetidas ao jugo e assentadas sobre as legislações estaduais, sendo, portanto, inerente a cada estado decidir sobre sua procedência, não há uma lei federal julgada pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

Todavia, os discursos de Trump que mais têm ganhado repercussão tratam de políticas imigratórias de exclusão contra especialmente mexicanos, muçulmanos e imigrantes ilegais nos Estados Unidos. Em um de seus comícios, ele afirmou veementemente que construiria um muro de cerca de 3.000 quilômetros quadrados na fronteira com o México, e ainda que o próprio governo mexicano custearia a obra, com orçamento estimado em 21 bilhões de dólares. Atualmente existem cerca de 11 milhões de imigrantes ilegais vivendo nos Estados Unidos, e deportações em massa estariam nos planos do presidente-eleito. Segundo o mesmo, estima-se que 3 milhões de imigrantes ilegais sejam deportados em seus 100 primeiros dias de governo.

Em relação aos imigrantes muçulmanos, mas também em relação aos americanos muçulmanos, o novo chefe de estado norte-americano argumenta que a crescente de terroristas justificaria a construção de um “banco de dados” e de “registros” de muçulmanos no território americano. Claramente, esta proposta violaria princípios básicos dos valores americanos, como Trump gosta de frisar, como privacidade e igualdade.

The U.S. Constitution guarantees equal protection of the laws, and a federal law or policy that intentionally treats Muslims differently on the basis of religion, as Trump has proposed, would be unconstitutional. As the Third Circuit Court of Appeals has recognized, “Religious discrimination, ‘by [its] very nature,’ has long been thought ‘odious to a free people whose institutions are founded upon a doctrine of equality.’” Courts around the country have concluded that religion is a suspect classification akin to race and national origin, and they evaluate laws or policies based on an express religious classification with the most demanding scrutiny. A law or policy expressly subjecting Muslims to heightened suspicion, surveillance, or special

registration because of their religion, as Trump's proposals would do, is presumptively invalid. (AMERICAN CIVIL LIBERTIES UNION, 2016, p.12)

Michael Flynn, escolhido pelo governo de Trump para aconselhamento sobre segurança nacional disse que o islamismo trata-se de uma “militância”, “ideologia”, e que deveria ser combatido.

Em relação à igualdade racial, ao que tudo indica, tempos difíceis como a movimentada década de 1960 se aproximam para as minorias negras espalhadas pelos Estados Unidos. Para começar, em um de seus *rallies*, como são chamados os comícios nos Estados Unidos, Trump chamou um negro que assistia ao evento de “meu amigo afro-americano”, com tom de ironia. Entretanto, para aqueles acompanham a certo tempo a carreira de Trump, seu racismo não deve soar tanto como uma surpresa. Desde os anos de 1970, no governo Nixon, quando a família Trump já estava no ramo imobiliário e alugavam apartamentos nas regiões do *Brooklyn* e do *Queens* havia a orientação para que não fossem alugados apartamentos para negros, e orientação aos porteiros dos condomínios que não deixassem negros entrar.

Muitas situações tornaram-se públicas ao longo de sua campanha presidencial, inclusive de que “preguiça” seria um traço de pessoas negras, de que funcionários negros de um de seus casinos eram escondidos quando Trump e Ivana chegavam. Além disso, por tratar-se de negócios privados e, portanto, não estarem submetidos às ações afirmativas governamentais, as empresas de Donald Trump teriam um número insignificante de negros em cargos executivos e de destaque. Por fim, outras polêmicas dizem respeito ao fato de Trump duvidar da nacionalidade de Barack Obama, por vezes afirmando que ele teria nascido na África, fazendo alusão a seu pai, que era queniano e questionando sua certidão de nascimento, que marcava Honolulu, no Havaí, sua terra natal. Ademais, Trump questionara a capacidade intelectual e acadêmica de Obama por este ter estudado em duas das mais prestigiadas universidades americanas, Harvard e Columbia. Segundo ele, o ingresso estaria submetido apenas a ações afirmativas para negros.

Outro ponto que merece destaque nessa longa lista de polêmicas racistas envolvendo o presidente-eleito dos Estados Unidos tange o apoio público que a organização racista de supremacia branca, a Klu Klux Klan direcionou à campanha do republicano durante a corrida presidencial. Apesar de na reta final a campanha

de Trump ter tentado desvincular sua imagem do apoio do movimento, isso foi em vão. Após a vitória de Trump, inclusive, a organização divulgou um passeata em comemoração a vitória do candidato republicano.

Can America be really great again? [...] While Trump wants to make America great again, we have to ask ourselves: What made America great in the first place? The short answer to that is simple: America was not great because of what our forefathers did – but because of who our forefathers were. America was founded as a White Christian Republic. And as a White Christian Republic it became great [...] (ROBB, 2016, p. 01)

Além disso, a partir do início do processo de transição do governo Obama para o governo Trump, iniciado há alguns dias, o presidente-eleito começou a montar o gabinete que trabalhará com ele. Entre algumas escolhas polêmicas, duas são substancialmente destacadas: Stephen Bannon e Jeff Sessions. O primeiro deles, Stephen Bannon, tem ligações fortes com a Klu Klux Klan, sendo saudado por membros da organização quando da notícia de que seria estrategista-chefe do governo de Donald Trump. Além disso, ele dirige um site de direita americano chamado *Breitbart*, considerado nacionalista branco, e que teria se tornado ainda mais radical após ser assumido por Bannon. Adicionalmente, um dos pilares da mídia digital diz respeito à “perda dos valores tradicionais” americanos.

Outra escolha polêmica para compor o gabinete de Donald Trump trata-se de Jeff Sessions, senador ultraconservador pelo estado do Alabama, historicamente um dos mais racistas e segregacionistas do país.

Em 1986, o presidente Ronald Reagan havia nomeado Sessions para a Suprema Corte, mas teve sua indicação minada por inúmeras alegações de racismo que surgiram contra ele. Em uma dessas declarações, o senador sulista havia dito que as pessoas que lutavam pelo movimento dos direitos civis nos Estados Unidos eram “não-americanos”. Se confirmado por maioria simples no congresso, dominado por republicanos, ele assumirá o posto de Procurador-Geral, correspondente ao Ministro da Justiça no Brasil, o mais alto cargo da lei americana. Dessa forma, a composição dos altos cargos para o governo de Donald Trump passa por nomes polêmicos com envolvimento em questões discriminatórias e até mesmo ligações com organizações que abertamente pregam a supremacia branca.

A eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos mostra um país racialmente dividido. Ao passo que trabalhadores brancos da classe média

desempregados são deslumbrados por um candidato populista com discurso sensacionalista, há aproximadamente o dobro de desempregados negros nos Estados Unidos. Nas últimas eleições, houve uma abstenção, em média, de 100 milhões de votantes em potencial que deixaram de comparecer às urnas. Isso mostra a indiferença entre escolher entre Donald Trump e Hillary Clinton.

O racismo e a desigualdade por ele ocasionada ainda estão longe de chegar ao fim. É impossível não reconhecer progressos feitos nos últimos cinquenta anos de luta racial, como leis que protegessem e reconhecessem a igualdade e garantissem o voto. Entretanto, se forem comparados aspectos sociais de quem viveu há 50 anos e de quem vive nos dias de hoje inúmeros pontos de similaridade podem ser identificados: a possibilidade de um negro ser preso é 5 vezes maior em relação a um branco, a violência policial branca em relação a cidadãos negros volta a assombrar os Estados Unidos, com muitos casos amplamente divulgados pela mídia, não só negros, mas também brancos e de outras etnias tem a sensação de que negros tem tratamentos diferentes aos olhos da justiça, em escolas e locais de trabalho também, além da grande diferença nos índices de conclusão escolar. Por conseguinte, as diferenças salariais também são grandes, em média uma discrepância de 27 mil dólares por pessoa. O presidente Obama, em comemoração dos 50 anos da Marcha em Selma, no histórico estado racista do Alabama, em 2015, discursa que:

We're the slaves who built the White House and the economy of the South. We're the ranch hands and cowboys who opened up the West, and countless laborers who laid rail, and raised skyscrapers, and organized for workers' rights [...] (OBAMA, 2015)

Há um consenso de que avanços foram feitos, mas de que outros inúmeros ainda necessitam ser alcançados. As oportunidades para os negros americanos, seguindo uma tendência mundial, são consideravelmente menores em relação às oportunidades para os brancos. Com a chegada de Trump à Casa Branca, esse “racha” na sociedade americana tende a crescer, mas a história mostra que esse povo construiu, ao longo dos anos, uma história de lutas e superação, e, afinal a história americana foi construída sobre a diversidade e a diferença.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados, de pesquisas direcionadas e do desenvolvimento da presente monografia, é possível concluir que a sociedade americana, suas crenças e seus preconceitos estão assentadas sobre preceitos históricos e que foram desenvolvidos de maneiras pontuais ao longo dos tempos, a partir das necessidades americanas de sustentação, desenvolvimento e afirmação. Indubitavelmente, o uso de preconceitos e exclusão foi alavancado pelo próprio processo histórico que o país passou, chegando até os dias presentes.

Um ponto que se pode inferir, em adição, para a compreensão da divisão e do racismo nos Estados Unidos trata-se da institucionalização dos preconceitos, a proteção e adoração aos elementos constitucionais da América. Absolutamente todas as diretrizes que englobam de alguma maneira grandes parcelas sociais, sejam elas conservadoras ou liberais, republicanas ou democratas podem ser justificado pelo que está contido na Constituição, que possui conotações bíblicas aos olhos dos Americanos.

Essa institucionalização do racismo e das questões de desigualdade ganhou força a partir do século XIX com o advento da Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão. A profunda divisão entre os estados da União, ao norte, comandados pelo presidente Abraham Lincoln, e dos Estados Confederados, ao sul, comandados por Jefferson Davis, gerou uma profunda divisão no território entre regiões abolicionistas, ou antiescravistas, que desejavam a inconstitucionalidade da escravidão, e as regiões sulistas que se viram prejudicadas por não poderem mais contar com a mão-de-obra escrava principalmente nas fazendas de algodão do sul. Curiosamente, os maiores levantes racistas no século seguinte surgiram no sul, mostrando que o racismo nunca deixara de fazer parte da sociedade tradicional americana. Em contrapartida, Martin Luther King, o maior líder da história dos movimentos por direitos civis dos negros, teve grande parte de sua atuação propulsionada no sul do país.

Cinquenta anos depois, a eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos mostra avanços importantes na união proposta por King. A luta de Obama, sempre inspirado em Lincoln e King mostra que ainda há muito a ser feito, devendo haver a continuidade no processo. Entretanto, o resultados das últimas eleições presidenciais aponta para tempos difíceis na sociedade dos Estados Unidos. O

número recorde de abstenções, na casa dos 100 milhões de eleitores, e a vitória do republicano Donald Trump, muitas vezes acusado de ser racista, bem como a formação de um gabinete com nomes polêmicos, como Jeff Sessions e Stephen Bannon, e o apoio público da organização nacionalista branca Ku Klux Klan mostra, novamente, uma sociedade preocupantemente rachada. Além disso, apesar de ainda nem ter assumido, inúmeros protestos e ataques racistas já são relatadas ao longo do território americano.

A ascensão de Donald Trump mostra a rápida crescente da ultradireita populista no mundo, como em países como Áustria, Espanha, França, da candidata Marine Le Pen, que já se mostra à frente nas pesquisas de intenção de voto, e em países nórdicos. Até mesmo no Brasil, com a possível candidatura do deputado Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018.

Esse rápido crescimento se deve, principalmente, a uma estagnação da esquerda e a insatisfação de setores que não mais se sentem representados por ela, populações pobres e de classe média branca não diplomados que se veem suprimidos pelas crises econômicas e desemprego. Ademais, a mais intensa crise de refugiados desde a II Guerra Mundial mostra uma tendência xenófoba que cresce e torna parte dos candidatos extremos levando como arma para si mesmos como apelo a fragilidade de suas populações. O mundo nunca esteve tão polarizado como agora desde a Guerra Fria, mas há uma nova configuração, parece que no mundo não há espaço para todas as crenças, sejam elas políticas, ideológicas ou religiosas.

Retrocessos à vista

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OZAÍ DA SILVA, Antônio. **O Pensamento Conservador**. Revista Espaço Acadêmico, nº107. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Maringá. Abril de 2010.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. 1790.

BORBA DA COSTA, Priscila. **O DESTINO MANIFESTO DO POVO ESTADUNIDENSE**: Uma Análise dos Elementos Delineadores do Sentimento Religioso Voltado à Expansão Territorial. Congresso Internacional de História. Setembro de 2011.

BALBINO, Michelle. **A INFLUÊNCIA PROTESTANTE NA FORMAÇÃO DOS EUA E SUA POLÍTICA EXTERIOR**: Da Fundação ao Destino Manifesto. Belo Horizonte. Novembro de 2010.

ANDERSON, John. **DOES GOD MATTER, IF SO WHOSE GOD?** Religion and Democratisation. New York: Routledge, 2009.

FIORI, José Luis. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**, 2006.

LUTHER KING JR., Martin. **Dream Speech**. Washington D.C. 28 de Agosto de 1963.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **The Federalist Papers**. Filadélfia, Estados Unidos, 1787.

KARNAL, Leandro. **HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS**: Das Origens ao Século XXI. Editora Contexto, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 1995.

HAYNES, Jeffrey. **Routledge Handbook of Religion and Politics**. Routledge, New York.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Companhia das Letras, 1904/5.

COAKLEY, Robert; CONN, Statson. **The War of the American Revolution**. Center of Military History, United States Army. Washington D.C. 2010.

JEFFERSON, Thomas. **Declaração de Independência dos Estados Unidos da América**. II Congresso da Filadélfia. 04 de Julho de 1776.

HOBBSBAWN, Eric. **ERA DOS EXTREMOS: O Breve Século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. Companhia das Letras. 2ª Edição.

DE BEAUVOIR, Simone. **O SEGUNDO SEXO: Fatos e Mitos**. Difusão Europeia do Livro, 1949.

WEAVER, Richard. **Ideas Have Consequences**. The University of Chicago Press. Chicago and London. 1948.

VIDAL, Camila. **O Movimento Conservador Norte-Americano da Década de 1950 e a Percepção Conservadora a Respeito da Sociedade, Economia e Política Externa**. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

DOS REIS PEREIRA, Paulo José; SHIMABUKURO, Alessandro. **Evolução e Presença dos Neoconservadores na Política Norte-Americana**. Santiago Dantas, São Paulo.

FINGUERUT, Ariel. **A Influência do Pensamento Neoconservador na Política Externa de George W. Bush**. Araraquara: UNESP, 2008. 150 p. Dissertação - Programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 2008.

PAUL, Ron. **End the Fed.** The Foundation for Rational Economics and Education. Grand Central Publishing, New York, 2009.

RUSSEL MEAD, Walter. **The Tea Party and American Foreign Policy.** 2004.

SAVOLDI JUNIOR, Antenor. **A Política Externa dos Estados Unidos nos discursos sobre o Estado da União entre o fim da Guerra Fria e o Início da Guerra ao Terror.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2012.

THE MUSEUM GAZETTE. **The War with Mexico, 1846-1848.** National Park Service, U.S Department of the Interior. Jefferson National Expansion Memorial, 1992.

DOUGLAS, Stephen. **Transcript of The Kansas-Nebraska Act.** U.S. National Archives & Records Administration, 1854.

HOLZER, Harold. **The Lincoln-Douglas Debates:** The First Complete and Unexpurgated Text. Fordham University Press. New York, 2004.

37th CONGRESS SESSION II. **The Homestead Act of 1862.** Washington D.C. ,1862.

CURRIE, David. **THROUGH THE LOOKING GLASS:** The Confederate Constitution in Congress 1861-1865. Virginia Law Review. Virginia, 2004.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil.** Clube do Livro Liberal. Editora Vozes. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa, 2004.

ZINN, Howard. **Lincoln and Emancipation.** A People's History of the United States, 2012.

OLIVEIRA, Saulo Carneiro de. **A Construção dos Estados Unidos a partir do seu Processo de Independência, da Constituição e do Ideal Republicano.** Encontro Regional de Estudantes de Direito. UFMA – Universidade Federal do Maranhão. 2008.

McPHERSON, James. **BATTLE CRY OF FREEDOM: The Civil War Era.** Oxford University Press. Oxford, New York. 1988.

BENNETT JR, Lerone. **FORCED INTO GLORY: Abraham Lincoln's White Dream.** Library of Congress, 1999.

THE SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. **KU KLUX KLAN: A History of Racism and Violence.** Staff of The Klanwatch Project. Montgomery, Alabama. 2011.

THOREAU, Henry. **A Desobediência Civil.** Tradução: Sergio Karam. L&PM, Porto Alegre. pgs. 5-56. 1997.

SMITHSONIAN INSTITUTION. **381 DAYS: The Montgomery Bus Boycott Story.** Library of Congress, 2005.

KING, Martin Luther King Jr. **My Trip to the Land of Gandhi.** Chicago, 1959.

KING, Martin Luther King Jr. **A Letter from a Birmingham Jail.** The Estate of Martin Luther King Jr. 16 de Abril de 1963.

KING, Mary. **MAHATMA GANDHI AND MARTIN LUTHER KING JR: The Power of Nonviolent Action.** UNESCO Publishing, 1999.

HOOVER, John Edgar. **Suicide Letter to Martin Luther King.** Disponível em: < <http://www.lettersofnote.com/2012/01/king-like-all-frauds-your-end-is.html> > Acesso em: 12 de Novembro de 2016.

RODRIGUES, Vladimir Miguel. **O X de Malcolm e a Questão Racial Norte-Americana.** Editora Unesp: São Paulo, 2013.

THE BLACK PANTHERS. **Ten Point Program**. 1967. Disponível em: < http://collectiveliberation.org/wpcontent/uploads/2015/01/BPP_Ten_Point_Program.pdf > Acesso em: 12 de Novembro de 2016.

CIVIL RIGHTS ACT OF 1964. 06 de Janeiro de 2015. Disponível em: < <http://legcounsel.house.gov/Comps/Civil%20Rights%20Act%20Of%201964.pdf> > Acesso em: 13 de Novembro de 2016.

VOTING RIGHTS ACT OF 1965. Public Law 89-110, Eighty-ninth Congress of the United States of America. Disponível em: < http://library.clerk.house.gov/reference-files/PPL_VotingRightsAct_1965.pdf > Acesso em: 13 de Novembro de 2016.

OBAMA, Barack. **Victory Speech**. 04 de Novembro de 2008. Disponível em: < <https://pdcrodas.webs.ull.es/usa/Obama.pdf> > Acesso em: 15 de Novembro de 2016.

OBAMA, Barack. **THE AUDACITY OF HOPE: Thoughts on Reclaiming the American Dream**. Crown Publishers: New York, 2004.

OBAMA, Barack. **A Origem dos Meus Sonhos**. Editora Gente. Tradução: Irati Antonio, Renata Laureano, Sonia Augusto. 2004.

OBAMA, Barack. **Barack Obama's Race Speech at the Constitution Center**. National Constitution Center. 18 de Março de 2008. Disponível em: < http://constitutioncenter.org/amoreperfectunion/docs/Race_Speech_Transcript.pdf > Acesso em: 14 de Novembro de 2016.

OBAMA, Barack; BIDEN, Joseph. **BARACK OBAMA AND JOE BIDEN: A Rescue Plan for the Middle Class**. 2008.

REVISTA EXAME. **Desigualdade social aumenta nos EUA**. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/economia/desigualdade-social-aumenta-nos-eua/> > Acesso em: 15 de Novembro de 2016.

THE WHITE HOUSE. **Modernizing and Streamlining our Legal Immigration System for the 21st Century**. Julho de 2015.

WAGNER, Frank. **United States Reports**. Cases Adjudged in Supreme Court at October Term, 1999. Vol. 528. Washington, 2001.

PLANNED PARENTHOOD. **Our Health, Our Decision, Our Moment**. 2013-2014 Annual Report, 2014.

PERRY, Rodney M. **OBERGEFELL v. HODGES**: Same-sex Marriage Legalized. Congressional Research Service. 7 de Agosto de 2015.

SMITH, Alison M. **Same-sex Marriage**: A legal background after United States v. Windsor. Congressional Research Service. 10 de Outubro de 2014.

WEBSTER, Daniel W. et al. **The Case for Gun Policy Reforms in America**. Johns Hopkins Center for Gun Policy and Research. Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health: Baltimore, Maryland. Outubro de 2012.

LYTTON, Timothy D. **The NRA, the Brady Campaign, and the Politics of Gun Litigation**. Capítulo 6. Disponível em: < <https://www.press.umich.edu/pdf/0472115103-ch6.pdf> > Acesso em: 17 de Novembro de 2016.

Charleaux, João Paulo. **Por que é tão difícil controlar as armas nos EUA?** Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/01/09/Por-que-%C3%A9-t%C3%A3o-dif%C3%ADcil-controlar-as-armas-nos-EUA> > Acesso em: 17 de Novembro de 2016.

SCHAKOWSKY, Jay. **A Healthy Future for America's Seniors**: The Benefits of Obamacare. U.S. House of Representatives. Washington D.C. , 2012.

THE CASE AGAINST OBAMACARE: **A Health Care Policy Series for the 112th Congress.** Center for Health Policy Studies, 2010.

AMERICAN CIVIL LIBERTIES UNION. **THE TRUMP MEMOS:** The ACLU's Constitutional Analysis of the Public Statements and Policy Proposals of Donald Trump. 2016.

BADELLA, Alessandro. **Obama and US Democracy Promotion in Cuba: New Strategies, Old Goals?** Caribbean Journal of International Relations and Diplomacy. Vol.3, No.2, pp.7-35. University of Genoa, Julho de 2015.

ON THE CLIMATE CRISIS IT'S DONALD TRUMP VS. THE WORLD. Sierra Club, 2016. Disponível em: < <https://www.sierraclub.org/sites/www.sierraclub.org/files/uploads-wysiwig/TrumpVsWorld.pdf> > Acesso em: 20 de Novembro de 2016.

TRUBOWITZ, Peter. **Trump's foreign policy speech was an attempt to woo independent voters for the general election, not placate foreign leaders.** 2015. Disponível em: < <http://bit.ly/1SvqrcU> > Acesso em: 20 de Novembro de 2016.

ROBB, Thomas. **The Crusader: Make America Great Again.** 2016. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/329628320/KKK-Newspaper-Trump-Endorsement-Issue> > Acesso em: 20 de Novembro de 2016.

OBAMA, Barack. **Speech in Selma,** 2015. Disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/03/07/remarks-president-50th-anniversary-selma-montgomery-marches> > Acesso em: 21 de Novembro de 2016.

DYLAN, Bob. **Blowin' in the Wind.** Warner Bros Inc. 1962. Disponível em: < <http://bobdylan.com/songs/blowin-wind/> > Acesso em: 24 de Novembro de 2016.